

Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil

José Carlos Braga

Subdesenvolvimento: um problema estrutural?

João Trajano de Lima Sento-Sé

Projeto desenvolvimentista furtadiano: uma experiência teórica?

Cláudio Aguiar

Novas perspectivas críticas para uma releitura de *Os Sertões*

E mais:

>> Rudá Ricci:

“Com o fim da Era dos Movimentos Sociais, foi-se a energia moral da ousadia”

>> Coluna do Cepos: Primeira Confecom

Euclides da Cunha e Celso Furtado

“Antônio Cândido nomeou Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque como demiurgos do Brasil, com muita pertinência, Francisco de Oliveira acrescentou Celso Furtado a este pantheon”, lembra **José Saraiva Cruz**, na entrevista à **IHU On-Line** desta semana. Por sua vez, esta edição completa este pantheon com Euclides da Cunha.

Assim, nos 50 anos da publicação do livro *Formação Econômica do Brasil* e nos 100 anos da morte de Euclides da Cunha, especialistas na obra de Celso Furtado e estudiosos de *Os Sertões* estão presentes nesta edição buscando compreender melhor o nosso País.

Refletindo sobre o projeto de País proposto por Celso Furtado, contribuem no debate sobre a importância e atualidade do livro *A Formação Econômica do Brasil*, **João Trajano de Lima Sento-Sé**, sociólogo e docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; **José Carlos Braga**, economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp; **André Moreira Cunha**, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; o sociólogo **José Saraiva Cruz**; e **Marcos Formiga**, professor da Universidade de Brasília - UnB.

Em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, esta edição se debruça, igualmente, sobre alguns aspectos do clássico *Os Sertões*. Comentam a vida e a obra de Euclides da Cunha, **Joana Luíza Muylaert de Araújo**, professora associada do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia - UFU; **Mauro Rosso**, ensaísta; **Cláudio Aguiar**, ex- professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco; **Leonardo Vieira de Almeida**, escritor e doutorando em Estudos de Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; e **Ricardo Oiticica**, pesquisador da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio.

“A Era dos Movimentos Sociais acabou”, atesta **Rudá Ricci**, sociólogo, professor da PUC-MG. Na entrevista, publicada nesta edição, o sociólogo constata que a era dos movimentos sociais “foi marcada pela hegemonia do ideário participacionista”. No entanto, continua, “neste século, a hegemonia é do profissionalismo da política, a capacidade de governança, o retorno de quem fez política nos bairros e fábricas para suas casas e conversas com amigos. A política, agora, é coisa de quem ganha para isto. Trata-se de um forte padrão de americanização da política nacional”.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) é o tema da Coluna do Cepos - Grupo de Pesquisa Comunicação. Economia Política e Sociedade, que a **IHU On-Line** publica semanalmente.

A todos e todas uma ótima semana e uma excelente leitura!

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 06 | João Trajano de Lima Sento-Sé: Projeto desenvolvimentista furtadiano: uma experiência teórica

PÁGINA 10 | José Carlos Braga: Subdesenvolvimento: um problema estrutural?

PÁGINA 13 | André Moreira Cunha: Uma nação em desenvolvimento

PÁGINA 18 | José Saraiva Cruz: Celso Furtado: o teórico do nacionalismo desenvolvimentista

PÁGINA 21 | Marcos Formiga: Projeto de desenvolvimento. A integração é o caminho?

PÁGINA 25 | Cláudio Aguiar: Novas perspectivas críticas para uma releitura de *Os Sertões*

PÁGINA 29 | Joana Luíza Muylaert de Araújo: Euclides da Cunha. Conhecimento e arte

PÁGINA 31 | José Mauro Rosso: Euclides da Cunha, um verdadeiro ser político

PÁGINA 34 | Leonardo Vieira de Almeida: *Os Sertões*: a luta como forma

PÁGINA 37 | Ricardo Oiticica: Tragédia da Piedade

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 40 | Rudá Ricci: “Com o fim da Era dos Movimentos Sociais, foi-se a energia moral da ousadia”

» Coluna do Cepos

PÁGINA 44 | Bruno Lima Rocha: O 4º poder e sua legitimidade nas democracias latino-americanas

» Destaques On-Line

PÁGINA 46 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos »

» IHU Repórter

PÁGINA 50 | Marcelo Fonseca



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Celso Monteiro Furtado - 1920-2004

Celso Furtado foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia.

Nascido na Paraíba, estudou no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano do Recife. Muda-se em 1939 para o Rio de Janeiro. No ano seguinte ingressa na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo concluído o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais em 1944, mesmo ano em que foi convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), servindo na Itália.

Em 1946, ingressou no curso de doutoramento em Economia da Universidade de Paris-Sorbonne, concluído em 1948 com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial. Retornou ao Brasil, trabalhando no DASP e na Fundação Getúlio Vargas.

Em 1949, mudou-se para Santiago do Chile, integrando a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas. Sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch, a Cepal se tornaria naquele período um centro de debates sobre os aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento.

Na década de 1950, Furtado presidiu o Grupo Misto Cepal-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Mais tarde, é convidado pelo professor Nicholas Kaldor ao King's College da Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde escreveu *Formação Econômica do Brasil*, clássico da historiografia econômica brasileira.

Retornando ao Brasil, assumiu uma diretoria do BNDES e participou da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em 1962, no governo João Goulart, foi nomeado o primeiro Ministro do Planejamento do Brasil, elaborando o Plano Trienal. Em 1963 retornou à superintendência da SUDENE, criando e implantando a política de incentivos fiscais para investimentos na região.

Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Exilado, mudou-se para o Chile e,

mais tarde, para os Estados Unidos, onde seria pesquisador na Universidade de Yale. Em 1965, mudou-se para a França, assumindo a cátedra de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris, permanecendo nos quadros da Sorbonne por vinte anos. Na década de 1970 viajou a diferentes países seja em missão das Nações Unidas, seja como conferencista ou professor-visitante.

Com a Anistia, em 1979, retornou à militância política no Brasil, que passou a visitar com frequência. Conciliou esta atividade com suas tarefas acadêmicas como diretor de pesquisas da Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

Em 1981 filia-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1985, foi convidado a participar da Comissão do Plano de Ação do governo Tancredo Neves, e logo em seguida é nomeado Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia, mudando-se para Bruxelas. De 1986 a 1988 foi ministro da Cultura do governo José Sarney, quando criou a primeira legislação de incentivos fiscais à cultura. Nos anos seguintes, retomou a vida acadêmica e participou de diferentes comissões internacionais. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1997. Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 2004.

DENTRE SUAS OBRAS SÃO LISTADAS:

- Contos da vida expedicionária* - de Nápoles a Paris. RJ, Zelio Valverde, 1946
- A economia brasileira*. RJ, A Noite, 1954
- Perspectivas da economia brasileira*. RJ, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958
- Formação econômica do Brasil*. RJ, Fundo de Cultura, 1959
- A Operação Nordeste*. RJ, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959
- Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. RJ, Imprensa Nacional, 1959
- Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ, Fundo de Cultura, 1961
- Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife, Condepe, 1962
- Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. RJ, Civilização Brasileira, 1966.
- Teoria e política do desenvolvimento econômico*. SP, Editora Nacional, 1967
- Um projeto para o Brasil*. RJ, Saga, 1968
- Formação econômica da América Latina*. RJ, Lia Editora, 1969
- Análise do "modelo" brasileiro*. RJ, Civilização Brasileira, 1972
- O mito do desenvolvimento econômico*. RJ, Paz e Terra, 1974
- O Brasil pós-"milagre"*. RJ, Paz e Terra, 1981
- A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. RJ, Paz e Terra, 1982
- Não à recessão e ao desemprego*. RJ, Paz e Terra, 1983
- A fantasia organizada*. RJ, Paz e Terra, 1985
- A fantasia desfeita*. SP, Paz e Terra, 1989
- ABC da dívida externa*. SP, Paz e Terra, 1989
- Brasil, a construção interrompida*. SP, Paz e Terra, 1992
- Obra autobiográfica, 3 vol.*. SP, Paz e Terra, 1997
- O longo amanhecer*. SP, Paz e Terra, 1999
- Raízes do desenvolvimento*. RJ, Civilização Brasileira, 2001
- Em busca de novo modelo*. SP, Paz e Terra, 2002

Projeto desenvolvimentista furtadiano: uma experiência teórica

A proposta desenvolvimentista de Celso Furtado, apreciada no Brasil, rendeu apenas honras teóricas. Contudo, na conjuntura atual, o pensamento do economista suscita a busca de alternativas plausíveis de modernização e superação do subdesenvolvimento, considera o sociólogo João Trajano de Lima Sento-Sé

POR PATRÍCIA FACHIN

Celso Furtado é reconhecido como um dos intelectuais mais relevantes do Brasil por propor um projeto de desenvolvimento econômico que levasse em conta também as questões sociais. Contudo, assinala Sento-Sé, “o projeto de Celso Furtado tinha poucos adeptos efetivos no plano político institucional. Ele ocupou cargos nos governos Juscelino e Jango, e nem um nem outro sequer chegou perto da adoção de linhas que fossem ao encontro do projeto de desenvolvimento postulado por Furtado”. As propostas desenvolvimentistas do economista caracterizam o modelo melhor acabado no Brasil, entretanto, o sociólogo afirma que a realidade social de hoje difere muito daquela observada por Furtado. Talvez, explica, não é o caso de falar em retrocesso econômico e social, “mas o avanço, se é que houve, foi muito tímido e seguimos muito mal no acesso ampliado a direitos civis, políticos e sociais, que formam o tripé da cidadania moderna”. E enfatiza: “Diria que seguimos perdendo tempo e, enquanto isso, somos parte de uma sociedade injusta, excludente e precária nos quesitos democracia e modernidade”.

Na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**, ele revela ter “a impressão de que vivemos uma era de produção de índices que não expressam, qualitativamente, o que se passa, tanto nos grotões quanto nas periferias das grandes metrópoles”. Ele explica: “Temos, hoje, a era dos indicadores, fetichizados pela mídia e celebrados pelos titulares do poder político de ocasião e por agências internacionais”.

João Trajano de Lima Sento-Sé é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, também é membro do corpo editorial da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* e da *Interseções*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Celso Furtado ficou conhecido como um clássico da economia. Qual foi, em sua opinião, a novidade da obra furtadiana?

João Trajano de Lima Sento-Sé - Celso Furtado se inscreve num momento singular da história do pensamento econômico e se coloca muito bem nela. Sua contribuição mais óbvia está relacionada à teoria do subdesenvolvimento, produzida no âmbito da CEPAL¹. No contexto da época, os postulados dessa perspectiva iam de encontro tanto às teorias

de inspiração marxista quanto aos preceitos mais alinhados à tradição liberal. Em ambos os casos, temos uma narrativa histórica do Brasil marcada pelo signo da incompletude ou da realização desafortunada. Ao articular o subdesenvolvimento às dinâmicas próprias da evolução internacional do capitalismo, a teoria do subdesenvolvimento redefine os marcos teóricos da interpretação econômica e lança novas possibilidades de engajamento político. Mas não creio que seja essa a principal contribuição de Furtado, até porque a grande referência dessa tendência na América Lati-

na deve ser creditada a Raúl Prebisch,² com quem ele trabalhou. Acredito que a articulação entre as escolhas políticas feitas por nossas elites e os rumos econômicos de nosso desenvolvimento, a partir da independência, foi, sem dúvida alguma, a grande e acertada intuição sociológica de Furtado com inequívocos desdobramentos para o pensamento econômico. Ela é apresentada de forma quase despretensiosa e sem imputar quaisquer desígnios subterrâneos aos

² Raúl Prebisch (1901-1986) economista argentino. Foi o mais destacado intelectual da Cepal, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico. (Nota da IHU On-Line)

¹ Cepal: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão das Nações Unidas (Nota da IHU On-Line)

atores envolvidos. Penso que esse é um filão menos explorado e mais estimulante de suas teorias. A meu ver, nele fica evidenciado o vigor do pensamento de Celso Furtado para além do campo específico da economia e, ao mesmo tempo, explicita que os rumos econômicos estão condicionados a escolhas políticas. Do mesmo modo, considero a “teoria do efeito demonstração” outra percepção que poderia ter sido melhor explorada. Trata-se, simultaneamente, de uma crítica aos padrões de consumo das elites, e a proposição de alternativas de investimentos que poderiam levar o Brasil a uma posição menos subalterna na economia mundial. É igualmente importante a insistência em apontar a reprodução de padrões de dominação internacionais nas relações internas sul-sudeste/norte-nordeste, o qual representou a explicitação de um modelo de desenvolvimento nacional cujo resultado foi o enorme desequilíbrio e a iniquidade regional com implicações que permanecem até hoje.

IHU On-Line - Em que medida a obra de Celso Furtado nos ajuda a compreender a formulação e a aplicação da ideologia nacional desenvolvimentista brasileira?

João Trajano de Lima Sento-Sé - No campo teórico, é difícil falar de nacional desenvolvimentismo no singular. Houve, pelo menos, três versões diferentes que, inclusive, enfrentaram-se de forma dura pela hegemonia nesse campo. A obra de Celso Furtado talvez seja o modelo melhor acabado de uma dessas versões do nacional desenvolvimentismo no Brasil. Menciono apenas de forma esquemática seus principais postulados. Em primeiro lugar, parece-me claro que desenvolvimento, para ele, não representava apenas crescimento econômico e industrialização. Era, também, redução das iniquidades regionais e de classe. No campo estritamente econômico, Furtado postulava investimentos orientados para a reversão do caráter subalterno da economia brasileira, o que difere bastante de uma postura estritamente protecionista e isolacionista, o que não me recordo de ter encontrado em qualquer dos seus textos. Politicamente, Furtado defendia um Estado indutor, orientan-

“É claro que os nacionalismos políticos, econômicos e culturais permanecem como referências políticas, econômicas e culturais. Não creio que será sempre dessa forma, mas ainda estamos distantes do mundo propalado pelos teóricos da globalização”

do investimentos para a criação das condições necessárias para o desenvolvimento econômico. Para tanto, contudo, ficava claro que era fundamental, segundo ele, quebrar a estrutura patrimonialista do Estado brasileiro e modernizá-lo, o que representava a introdução do mérito e da competência como critérios de recrutamento de quadros para a administração pública e a formulação de estratégias. Ainda no campo político, Furtado atribuía protagonismo ao poder executivo, sobretudo em função do perfil da representação parlamentar, majoritariamente comprometida com padrões tradicionais de condução da vida política, mas jamais fez desse diagnóstico um argumento que justificasse a abdicação do modelo democrático-representativo. No âmbito social, considerava a ampliação do acesso a bens um valor e uma estratégia a ser cumprida através da incorporação dos segmentos subalternos à cidadania. Pouco disso tudo ajuda a entender a aplicação do nacional desenvolvimentismo no Brasil, que, salvo em alguns breves momentos espasmódicos, jamais foi levado a cabo pelos governos antes e após o golpe de 1964³.

³ **Golpe Militar:** Movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anticomunista liderada e financiada pelos EUA, desenca-

IHU On-Line - Que relações o senhor estabelece entre a trajetória intelectual e a prática política de Celso Furtado?

João Trajano de Lima Sento-Sé - Celso Furtado era um intelectual público. Esse personagem, bastante raro nos dias atuais no Brasil, era comum na época em que se deu o auge de sua produção intelectual (anos 1950 e 1960). Curiosamente, creio que essa característica contribuiu para a relativa desqualificação que sua produção sofreu posteriormente. A consolidação de centros de pesquisa estritamente acadêmicos no Brasil passou por uma enfática rejeição ao tipo de intelectual que Celso Furtado encarnava. Sua obra, assim como as de outros contemporâneos seus, foi taxada de ideológica, não rigorosa e incompatível aos padrões exigidos pelo saber científico. Todos perdemos com isso. Recordo-me de um seminário de que participei na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 2002, a convite de Heloisa Murgel Starling,⁴ a propósito dos trinta anos da publicação da *Crítica da Razão Dualista*.⁵ Impressionou-me muito ouvir Francisco Oliveira⁶ declarar pú-

dear a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do Golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar os militares assumem o poder. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar o IHU publicou o 4º número dos *Cadernos IHU em Formação*, intitulado *Ditadura 1964. A memória do regime militar*. Confira, também, as edições nº 96 da IHU On-Line, intitulada *O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário*, de 12 de abril de 2004, e nº 95, de 5 de abril de 2005, *1964 - 2004: hora de passar o Brasil a limpo*. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Heloisa Maria Murgel Starling** possui graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Fundação, Modernidade, Republicanismo. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Oliveira, Francisco de. *Crítica a razão dualista. O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo, 2003) (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Francisco de Oliveira:** sociólogo brasileiro. A IHU On-Line entrevistou-o na 123ª edição, de 16-11-2004 sobre o impacto das eleições de outubro no cenário político nacional. Esse foi o tema de um artigo de Chico de Oliveira, intitulado “Quem derrotou Marta? O governo Lula”, que publicamos na edição n.º 122 da IHU On-

blica e abertamente que dedicara os últimos anos de sua vida intelectual se retratando das injustiças que cometera à obra de Furtado. Achei bonito ver um intelectual de seu porte reconhecer o quanto se equivocara. Seria bom que outros intelectuais do mesmo calibre tivessem a mesma postura, mas foram poucos que tiveram atitude semelhante.

IHU On-Line - Furtado propunha a superação do subdesenvolvimento nacional através do fortalecimento do mercado interno, da redução da desigualdade, da distribuição de renda. Considerando esses aspectos, podemos dizer que houve avanços no país ou vivemos um “retrocesso mascarado”?

João Trajano de Lima Sento-Sé - Fortalecimento do mercado interno, redução da desigualdade e distribuição mais equânime de renda podem ser abordados e defendidos como princípios normativos desejáveis ou como estratégias utilitariamente orientadas para um determinado fim, no caso, o desenvolvimento nacional. Creio que Furtado se orientava por ambas as perspectivas, e isso também é um traço interessante de sua trajetória política e de sua produção intelectual (ambas estão coladas, como mencionei anteriormente). O Brasil de hoje difere muito daquele observado por Celso Furtado no auge de sua produção intelectual. Deixamos definitivamente de ser um país rural, o ensino básico foi (quase) universalizado (embora ainda seja de qualidade muito ruim), algumas doenças infecto-contagiosas foram erradicadas, outras surgiram. Por outro lado, a concentração de renda é brutal, e o franqueamento aos meios de ascensão social é limitadíssimo. Enfim, não creio que possamos falar

Line, de 8-11-2004. É professor aposentado da USP e fundador do PT, com o qual rompeu em 2003 e autor do famoso livro *O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2003). Sobre a obra, os leitores podem conferir uma entrevista na *IHU On-Line* n.º 77, de 29-0-9-2003, e outra concedida à edição n.º 80, de 20-10-2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 01-10-2003, em que participou do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, abordando o tema *Perspectivas do Brasil com o novo governo*. Ele ainda tem entrevista publicada nos *CADERNOS IHU em formação* n. 9, intitulado *Política Econômica. É Possível mudá-la?* (Nota da IHU On-Line)

“Reduzir o nacionalismo aos chauvinismos de extrema direita ou às mais variadas formas de fundamentalismo equivale a fechar os olhos para algumas das principais dinâmicas que movimentam o mundo contemporâneo”

propriamente em retrocesso, mas o avanço, se é que houve, foi muito tímido, e seguimos muito mal no acesso ampliado a direitos civis, políticos e sociais, que formam o tripé da cidadania moderna. Diria que seguimos perdendo tempo e, enquanto isso, somos parte de uma sociedade injusta, excludente e precária nos quesitos de democracia e modernidade.

IHU On-Line - Por que não foi possível pôr em prática o plano de desenvolvimento furtadiano? A justificativa pode ir além do argumento de que fomos “envolvidos” pelo modelo neoliberal?

João Trajano de Lima Sento-Sé - Visto retrospectivamente, o projeto de Celso Furtado tinha poucos adeptos efetivos no plano político institucional. Ele ocupou cargos nos governos Juscelino e Jango, e nem um nem outro sequer chegou perto da adoção de linhas que fossem ao encontro do projeto de desenvolvimento postulado por Furtado. É importante ressaltar que esse projeto passava não só por iniciativas no campo econômico, mas, também, por uma mudança radical da estrutura do Estado, tendo em vista sua modernização e qualificação técnica. Não entendo muito bem os argumentos dos que professam o triunfo do modelo neoli-

beral (sequer entendo direito o que é o neoliberalismo), mas tendo a considerar que o Brasil passou por, pelo menos, dois ciclos de modernização conservadora, política e economicamente falando. É claro que fatores externos devem ser levados em conta para entendermos o porquê de estarmos onde nos encontramos hoje, o que, por sinal, o próprio Furtado ensinava. Mas, também em consonância com suas teses, uma variável das mais relevantes deve ser buscada nas escolhas feitas pelas elites que têm estado à frente dos processos decisórios.

IHU On-Line - Qual a contribuição de Furtado para superar o subdesenvolvimento do Brasil? Ainda estamos distante desse sonho? Por quê?

João Trajano de Lima Sento-Sé - De sua atuação prática, acho que os esforços em atrair quadros qualificados para o Estado e a criação de agências de desenvolvimento regional talvez sejam os mais relevantes. Sem o primeiro, a segunda tornou-se um conjunto de usinas de rapinagem. Enfim, os resultados foram pífijs, mas acho que não desqualificam as intenções e o empenho em realizá-las. Como resultado, seguimos longe de superar o subdesenvolvimento tal como este foi entendido por Celso Furtado, a despeito de ufanismos que, de tão recorrentes e insípidos, tendem a causar tédio naqueles que têm uma idade um pouco mais avançada.

IHU On-Line - Em tempo de globalização, ainda há lugar para o nacionalismo?

João Trajano de Lima Sento-Sé - O nacionalismo continua forte, a despeito das mudanças ocorridas desde os anos de 1950 até hoje. Particularmente, acho graça ao me deparar com a retórica sobre o fim dos nacionalismos e a exaustão dos Estados nacionais sempre que abro os jornais. Como defender tais posições diante dos desdobramentos da recente crise financeira internacional, quando os Estados, através de seus respectivos governos, tiveram que intervir seriamente no mercado? Como explicar as políticas econômicas protecionistas praticadas pelos mesmos países que exportam as teses da

globalização e do triunfo do mercado mundial sobre as economias nacionais? É evidente que o mundo mudou muito e, se estivesse vivo hoje, com o vigor intelectual que tinha nos anos 1950 e 1960, Celso Furtado estaria pensando em termos diferentes daqueles em que desenvolveu suas teorias. Ainda assim, é claro que os nacionalismos políticos, econômicos e culturais permanecem como referências políticas, econômicas e culturais. Não creio que será sempre dessa forma, mas ainda estamos distantes do mundo propalado pelos teóricos da globalização. A propósito, com todo o respeito, considero as teorias da globalização uma grande bobagem. Indo direto ao ponto da pergunta, então, eu diria: ainda há lugar para o nacionalismo hoje e isso não é uma petição de princípio, trata-se, antes, de uma constatação sociológica. Reduzir o nacionalismo aos chauvinismos de extrema direita ou às mais variadas formas de fundamentalismo equivale a fechar os olhos para algumas das principais dinâmicas que movimentam o mundo contemporâneo.

IHU On-Line - Que modelo de desenvolvimento é compatível com a realidade econômica, política e social do Brasil atual? Quais os desafios para atingir o desenvolvimento nos moldes propostos por Furtado?

João Trajano de Lima Sento-Sé - O Brasil continua tendo como desafio abandonar de vez a vocação de país do futuro. Para isso, seria fundamental investir em educação em todos os níveis. Não há desenvolvimento em qualquer escala sem desenvolvimento humano. Sem esquecer algumas virtudes das políticas sociais recentes, tenho a impressão de que vivemos uma era de produção de índices que não expressam, qualitativamente, o que se passa, tanto nos grotões quanto nas periferias das grandes metrópoles. Temos, hoje, a era dos indicadores, fetichizados pela mídia e celebrados pelos titulares do poder político de ocasião e por agências internacionais. Por outro lado, seguimos carregando nas costas uma máquina estatal dispendiosa, inoperante e omissa. Pode soar anacrônico, mas acho que o círculo do patrimo-

nialismo ainda nos assombra, com um acréscimo aterrador: não são somente os setores conservadores, vinculados a interesses retrógrados, que operam a máquina pública dessa forma. Vimos essa lógica se perpetuar ao longo dos últimos quinze anos, quando estivemos a mercê da supostamente elite intelectual de nossos quadros políticos e, após, do movimento de bases mais bem sucedido em nossa história na sua transposição para a política partidária. Dizem que o Estado brasileiro é enorme. Trata-se de uma verdade pela metade, pois, a despeito de seu tamanho, ele não chega à grande parte dos municípios e comunidades brasileiras. Regozijamo-nos quando o Brasil ensaia ocupar um lugar de algum relevo nos fóruns internacionais, mas o respeito que demandamos à comunidade internacional é incompatível à negligência com que tratamos nossa cidadania.

“O Brasil continua tendo como desafio abandonar de vez a vocação de país do futuro”

Nesse contexto, avançamos na implementação de políticas compensatórias. Algumas delas são excelentes e produzem, ao que parece, algum resultado. Devemos notar, porém, que, por definição, políticas compensatórias devem ser desenhadas para a correção de desvios tópicos na implementação de políticas vocacionadas para o acesso generalizado a bens socialmente reconhecidos como direitos universais. Isso quer dizer que políticas compensatórias não podem tomar o lugar das políticas sociais de acesso aos direitos fundamentais, previstos em convenções e cartas constitucionais. Sintetizando, sem querer parecer amargo, não vejo razões para muito otimismo quanto aos rumos que o país tem seguido.

IHU On-Line - Comparando com as últimas décadas, qual tem sido o papel do Estado enquanto condutor da política econômica nos países subde-

envolvidos? Hoje, as políticas econômicas estão bem definidas?

João Trajano de Lima Sento-Sé - A despeito da maior abertura à economia mundial em alguns setores, o Estado segue com papel decisivo no Brasil. Acho que é assim também no resto do mundo. O que durante as duas últimas décadas foi chamado de redefinição do papel do Estado é pouca coisa além de desmonte do sistema de bem-estar social, com supressões gradativas de direitos trabalhistas. Quando as estripulias do mercado levam as economias à bancarrota, é o Estado, “em defesa da sociedade e da estabilidade”, que aparece fazendo de forma aberta o que, em períodos de calma, também faz mais discretamente: definir os limites entre o que é e o que não é legítimo nas dinâmicas de produção e distribuição de riqueza. A margem de manobra dos Estados em países subdesenvolvidos é menor em função da fragilidade das bases em que estão assentados. Sua capacidade de definir as regras do jogo é mais limitada em comparação aos Estados da Europa ocidental e da América do Norte. Ainda assim, ela existe e é acionada a partir de escolhas das elites que estão no controle da máquina política e das bases que lhes sustentam. Após a derrocada do chamado socialismo real e do colapso do Estado de bem-estar social, vivemos uma espécie de letargia monetarista, mas, de um jeito ou de outro, esse vácuo de criatividade terá fim.

IHU On-Line - Que releituras a obra de Celso Furtado propõe para a atual conjuntura política, econômica e social do Brasil do século XXI?

João Trajano de Lima Sento-Sé - Acho importante retomar a obra de Celso Furtado. Sobretudo aquela que foi produzida até o início dos anos 1970. Tenho a intuição de que essa retomada justifica-se para além do mero interesse de erudição histórica (o que já seria suficiente). O modo como as teorias de Celso Furtado poderão nos ajudar a responder às nossas próprias interpelações atuais, no entanto, é mais uma aposta do que uma tese já acabada. É muito fácil identificá-lo como um intelectual datado, assim como não é difícil proce-

der a interpretações anacrônicas do cenário atual, fazendo uso de suas teses de modo apressado. Num contexto em que o mundo parecia cindido em dois, vejo, nele e em alguns intelectuais de sua época, a busca de alternativas plausíveis de modernização e de superação do subdesenvolvimento. Retomar a obra de Celso Furtado se justifica ou como fruto do interesse legítimo pela história das ideias ou como referência criativa para se ir adiante do que ele próprio postulou, rompendo com a letargia que mencionei anteriormente. Um ponto, porém, gostaria de destacar: seu empenho em associar o estudo das questões econômicas àqueles relativos a outras áreas de conhecimento, como a história e a sociologia. Esse entendimento fez dele um defensor do recrutamento de sociólogos e profissionais de outros campos de estudos das ciências sociais pela CEPAL e expressava um entendimento da economia que parece ter se esmaecido com o passar do tempo. Furtado não estava sozinho nessa perspectiva, mas também aí sua posição foi derrotada com a hiperespecialização que tomou conta das ciências sociais, em geral, e da economia, em particular. Um dia, no entanto, após sucessivas tentativas e erros, essa perda terá que ser revertida.

IHU On-Line - Furtado deixou herdeiros na política e na economia brasileira? Quem são eles?

João Trajano de Lima Sento-Sé - Deixou herdeiros importantes que fizeram o possível para estar à altura de seus ensinamentos. Prefiro não citar nomes para não cometer injustiças. Essa geração, contudo, não teve, salvo engano meu, condições de seguir em frente a ponto de também fazer seus próprios herdeiros. Os rumos mundiais do último quarto do século XX não lhes foram muito favoráveis. Talvez ele volte a ser referência, mas essa é uma questão em aberto. Em geral, quando tentam antecipar o futuro, os cientistas sociais erram terrivelmente. Na qualidade de cientista social, portanto, abstenho-me de fazer projeções.

Subdesenvolvimento: um problema estrutural?

Na opinião do economista José Carlos Braga, segue válido o questionamento furtadiano de que não basta ter crescimento econômico. É preciso, enfatiza, dar um perfil a esse crescimento para que ele possa conduzir à superação do subdesenvolvimento

POR PATRICIA FACHIN

Cinco décadas depois do lançamento de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, as propostas desenvolvimentistas têm como premissa fundamental uma renovação do Estado brasileiro, avalia o economista José Carlos Braga, na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. Braga não sugere a volta ao Estado do nacionalismo-desenvolvimentista, mas acredita que é necessário “reorganizar o Estado” para enfrentar problemas clássicos como a pobreza e a distribuição de renda. Ele justifica a atualidade do projeto furtadiano: “Ora, na medida em que mesmo com a industrialização e com crescimento, num período correspondente a mais de meio século, ainda continuamos com os traços do subdesenvolvimento, sua proposta de transformação do Brasil segue de pé”.

José Carlos Braga é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Hoje, é docente no Instituto de Economia da Unicamp. Entre suas obras, citamos *Temporalidade da riqueza. Teoria da dinâmica e financeirização do Capitalismo* (Campinas: Unicamp, 2000). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O projeto de desenvolvimento brasileiro proposto por Celso Furtado é atual e ainda pode ser aplicado no Brasil de hoje?

José Carlos Braga - O legado principal que ele deixou foi o diagnóstico de que o subdesenvolvimento do Brasil como de outros países é um problema estrutural ligado ao processo capitalista mundial no qual ocupamos posição subordinada e vinculada à expansão dos países desenvolvidos. As condições de subdesenvolvimento reproduzem-se não só internamente como no âmbito das relações internacionais. Ele propôs a bem-dizer que

transformações estruturais, política econômica adequada, afirmação cultural, e uma construção nacional-soberana do desenvolvimento abririam o caminho para a superação do subdesenvolvimento. Algo, portanto, extremamente complexo, difícil, ligado à democratização e à participação popular nos processos decisórios que montam as trajetórias da economia.

Ora, na medida em que mesmo com a industrialização e com crescimento, num período correspondente a mais de meio século, ainda continuamos com os traços do subdesenvolvimento, sua proposta de

transformação do Brasil segue de pé. Evidentemente, cabe aos que vivem o presente e batalham por um futuro diferente pensar e agir a partir da “matriz furtadiana” aplicando-a com a consciência acerca das condições históricas atuais. Em outras palavras, sabendo adaptar aquela perspectiva às novidades que foram surgindo e que continuarão surgindo. Ao invés de congelar, enriquecer aquela matriz coerentemente com seu método histórico-estrutural.

IHU On-Line - Que reflexões e questionamentos a obra de Celso Furtado ainda suscita sobre o tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento?

José Carlos Braga - Ainda vivemos no Brasil sob condições graves de concentração de renda e de riqueza que implicam miséria, pobreza, desemprego estrutural. São traços marcantes do subdesenvolvimento e os que mais o preocupavam e angustiavam. Em seu depoimento para o documentário sobre sua vida - *O longo amanhecer*,¹ do diretor José Mariani - ele fala sobre como é possível que ainda haja no Brasil “um monte de gente pedindo esmola”. E comenta em outro momento do filme - “Quem manda nesse País? Essa taxa de juros...” e fica calado num lamento. Acusa a enorme concentração de poder como causa importante.

Segue válido o questionamento de que não basta ter crescimento econômico, é preciso dar uma certa qualidade, um determinado perfil a esse crescimento para que ele possa conduzir à superação do subdesenvolvimento, para que ela seja um real desenvolvimento.

Permanece a questão de ampliarmos a geração brasileira de progresso técnico que se fez presente apenas em poucos casos como a Embraer-aviões - e Petrobrás-petróleo e outras poucas exceções. Aprofundar o processo de democratização, de participação de amplos setores da sociedade nas decisões cruciais. Enfrentar as desigual-

¹ Uma análise das ideias do economista Celso Furtado e de sua participação em diversos projetos desenvolvidos no Brasil a partir dos anos 40. Através de depoimentos de intelectuais e de imagens de época, é formado um panorama da história recente do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

“Precisamos de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, conduzido com uma participação do capital estrangeiro que esteja atrelada aos objetivos traçados para a Nação. Ainda não temos esse Projeto”

dades regionais que persistem. Ter um sistema financeiro voltado às políticas de desenvolvimento, fundar de fato a estabilidade monetária, acompanhando a estabilidade de preços.

IHU On-Line - Mas como aplicar as propostas desenvolvimentistas de Celso Furtado, considerando os problemas de emprego, distribuição de renda, pobreza e miséria, que estão agregadas ao modelo capitalista? Que aspectos do modelo furtadiano deveriam ser resgatados com urgência?

José Carlos Braga - Não é força de expressão dizer que vivemos sob um capitalismo selvagem. Parte disso deve-se à corrosão do Estado, das instâncias públicas, das empresas estatais, o que é consequência da crise dos anos 1980 e da implementação das políticas neoliberais, realizadas desde o início dos anos 1990 e só recentemente e, em parte, revertidas no segundo governo do Presidente Lula. No próximo governo, aplicar as propostas desenvolvimentistas tem como premissa fundamental uma renovação do Estado no Brasil. Não é uma volta ao Estado do nacional-desenvolvimentismo; não falo de retorno ao passado o que em si seria uma impossibilidade. Penso em reorganizar o Estado justamente para enfrentar os problemas mencionados na pergunta e, simplesmente, porque o dinamismo do mercado em si

não poderá resolvê-los. Reestruturar o Estado para as políticas públicas de corte social e para aquelas da infraestrutura econômica. Tem-se que efetuar um diagnóstico profundo de quais despesas públicas devem ser eliminadas e quais devem ser fortalecidas. Há, ao mesmo tempo, desperdícios e carências nos aparatos públicos federais, estaduais e municipais. É preciso um diagnóstico realista - sem preconceitos - e ações de novo tipo. Cortes serão efetuados de um lado, e mais gastos serão efetuados de outro. Sem reforma tributária, isso não será implementado. Com ela, haverá uma base socialmente saudável e justa de recursos para efetuar as despesas correntes e os investimentos compreendidos como necessários.

Então, para Furtado, enfrentar as desigualdades, iniquidades e desemprego era sinônimo de Planejamento e atuação estatal pertinente. Precisamos ir atrás dessas condições. E a política fiscal não pode ser a de gerar superávits para pagar juros escorchantes.

IHU On-Line - Que contrapontos o senhor faz entre o atual modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e o proposto por Celso Furtado?

José Carlos Braga - Aqui se aplica a palavra modelo mesmo. Isto porque, para o paradigma neoliberal que teve início no Brasil com o Governo Collor, trata-se de implantar um conjunto de princípios e regras e deixar que o livre funcionamento dos mercados cumpra as metas que o modelo dita como atingíveis em vários países. Corresponde, como se sabe, ao que foi apelidado de “Consenso de Washington” que hoje é desacreditado pelo seu próprio mentor, o economista John Williamson.² A partir do segundo governo Lula, algo começou a mudar através das políticas

² John Williamson, economista, nasceu na Inglaterra em 1937. É conhecido internacionalmente como o homem que cunhou o termo “Consenso de Washington”. Entre 1968 e 1970, durante o governo trabalhista (centro-esquerda) de Harold Wilson foi consultor econômico do tesouro britânico. Foi conselheiro do Fundo Monetário Internacional no período entre 1972 e 1974. É membro do “Institute for International Economics” desde 1981. Também atuou como economista-chefe do Banco Mundial para o sul da Ásia entre 1996 e 1999. (Nota da IHU On-Line)

distributivas de renda - recuperação real do salário mínimo, Bolsa Família, crédito aos de baixa renda, outras formas de transferência de renda via diversos programas sociais.

Mas, o referido consenso é o oposto da visão de Furtado uma vez que se fundamenta no livre jogo de mercado, desvaloriza o planejamento, busca o Estado mínimo, introduz a livre movimentação internacional de capitais quer sejam especulativos ou não, prioriza altas taxas de juros como instrumento central no combate à inflação, deixa a taxa de câmbio flutuar amplamente, chegando a aceitar um Real ficticiamente valorizado frente ao dólar, corta gastos sociais e de infraestrutura para pagar juros, busca a privatização radical, supõe que o desenvolvimento dos mercados em si mesmo resolva o desemprego e a distribuição da renda etc.

IHU On-Line - Que lições e subsídios o pensamento crítico de Celso Furtado pode oferecer à conjuntura econômica e política atual?

José Carlos Braga - Em poucas palavras, Planejamento e construção da soberania nacional a partir do Estado num contexto de ampla democratização. Defesa das reservas internacionais - em moedas fortes - que o Brasil acumulou e que atingem hoje algo como US\$ 235 bilhões. Para tanto, a taxa de câmbio tem que ser administrada para uma posição favorável à competitividade de nossa estrutura produtiva para evitar desindustrialização e problemas de déficits no balanço de pagamentos.

A taxa de investimento global da economia vem subindo desde 2004, tendo sido atropelada pela crise que bateu aqui no segundo trimestre de 2008, mas da qual já estamos saindo. É vital criar confiança no empresariado para que cresça o investimento privado e ter condições fiscais e tributárias para acelerar o investimento público. Não perder de vista a estabilidade de preços, mas privilegiar doravante as políticas promotoras do desenvolvimento conforme acima comentado.

A política monetária terá de tornar-se sinônimo de taxas de juros compatíveis com o estímulo ao investimen-

to produtivo. Manter e aperfeiçoar a política do atual governo de articular e expandir o raio de ação dos bancos públicos. Induzir a cooperação destes com o sistema bancário privado que está forte e tem que definitivamente participar do financiamento de longo prazo. Como antes observado, partir para uma estratégica reordenação do Estado na qual a dívida pública seja alongada e financiada a juros civilizados. Manter e acelerar medidas que têm procurado a melhoria da distribuição de renda e se preocupado com o desemprego.

IHU On-Line - Que projeto de país o Brasil está construindo? O país carece de um projeto nacional de desenvolvimento?

José Carlos Braga - Nada de nacionalismo como xenofobia, isto é, como aversão ao que é estrangeiro. Precisamos de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, conduzido com uma participação do capital estrangeiro que esteja atrelada aos objetivos traçados para a Nação. Ainda não temos esse Projeto. Ele está por ser construído embora recentemente alguns avanços tenham sido feitos nessa direção conforme assinalamos anteriormente.

Hoje, não há desculpa para omissão na construção ampliada desse projeto porque as condições conjunturais da economia brasileira são por demais favoráveis seja do ângulo da inflação, seja quanto às reservas internacionais, ou sob os termos do sistema financeiro público e privado, seja no que tange às condições das empresas líderes produtivas que se mostram reestruturadas, solventes, com capacidade interna de acumulação. E ademais, contamos com as novidades de horizonte de médio e longo prazo - tais como o Pré-Sal, os biocombustíveis e demais possibilidades da biomassa - que sinalizam muitas potencialidades se os programas de exploração do mesmo forem devidamente conduzidos sob a ótica do desenvolvimento.

Agora, nunca é demais lembrar que a construção desse projeto não é do âmbito da tecnocracia, embora a contribuição dos intelectuais e dos técnicos seja relevante. É do âmbito

do processo político com P maiúsculo, é do plano do desenrolar histórico.

IHU On-Line - No Brasil, existem atualmente herdeiros do projeto furtadiano? Se sim, quem são?

José Carlos Braga - Despida a máscara da globalização liberal, pensamentos como o dele reaparecem naturalmente com muita força, pois sua atualidade fica evidente. Penso que há herdeiros espalhados pelo Brasil inteiro, pela América Latina e em outros centros estrangeiros que lidam com os problemas dos países em desenvolvimento.

No Brasil, tem tido importante papel o *Centro Internacional Celso Furtado* na divulgação das ideias do mestre, seja através de publicações, seminários, cursos, palestras etc. Várias escolas de economia e ciências sociais ligadas ao pensamento crítico sempre mantiveram viva a reflexão dele tanto nos cursos quanto nas pesquisas. Desde logo, devo dizer que no Instituto de Economia da Unicamp ao qual pertenceu isso sempre ocorreu e segue com renovado vigor diante da trajetória nacional e internacional das últimas décadas. A força de seu pensamento calcado na perspectiva histórico-estrutural seguirá como referência estratégica enquanto subdesenvolvimento houver.

LEIA MAIS...

>> José Carlos Braga já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. O material está disponível na página eletrônica do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Entrevistas:

* *A política cambial é homicida*. Publicada nas **Notícias do Dia** em 24-08-2009 e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=25076;

* *O Brasil regido por um "novo" padrão de desenvolvimento capitalista*. Publicada nas **Notícias do Dia** em 29-05-2006 e disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=3435.

* *Precisamos ter um projeto de Nação*. Publicada na **IHU On-Line** número 227, de 09-07-2007 e disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=548&id_edicao=254

Uma nação em desenvolvimento

Na perspectiva do economista André Moreira Cunha, o Brasil ainda não possui um projeto desenvolvimentista, mas está, desde meados dos anos 2000, encaminhando-se para concretizá-lo

POR PATRÍCIA FACHIN

“**P**enso que é válida ainda essa ideia de ver o Brasil como uma nação em construção, que tem a ver com o conceito de subdesenvolvimento”. A opinião é do economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, André Moreira Cunha, e foi expressa na entrevista que segue, concedida, por telefone, à IHU On-Line. Ele explica o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento na perspectiva furtadiana e menciona que o Brasil ainda não atingiu o patamar do desenvolvimento, mas está a caminho desde o segundo mandato do governo Lula. “O país está vivendo um processo de retomada do dinamismo em termos de crescimento com inflação sob controle, melhorando as contas externas (...), conseguindo ter uma situação de menor vulnerabilidade externa e o ambiente macroeconômico está muito bom”, assegura. No campo social, Cunha informa que, desde 2001, os indicadores de desigualdade também têm melhorado no país. “O Brasil segue sendo um dos 20 países mais desiguais do mundo, mas já foi um dos três. A desigualdade de renda vem diminuindo, e o ciclo atual de crescimento é baseado na incorporação de camadas populares no mercado de consumo, na formalização de emprego, na recuperação de salário mínimo”. E dispara: “são elementos que vão ao encontro da visão furtadiana de um padrão de crescimento”.

André Moreira Cunha possui graduação em Ciência Econômicas pela Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestrado e doutorado na mesma área pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Sua dissertação analisou *Empresas Transnacionais na Economia Brasileira dos anos 80 e 90*. Foi professor visitante na Universidade de Leiden, na Holanda, e docente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Pesquisador associado do Centro de Estudios Brasileños del Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset, na Espanha. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a importância de revisitar a obra de Celso Furtado, em especial, depois da crise internacional e de um breve retorno do keynesianismo?

André Moreira Cunha - Em primeiro lugar, porque Celso Furtado foi e é o maior economista - na minha perspectiva -, que o Brasil já produziu. A reflexão dele sobre o desenvolvimento brasileiro tem elementos que iluminam a nossa realidade até o momento. Coerentemente, com a própria obra de Celso Furtado - que é muito enraizada na questão histórica -, cada momento tem seus desafios a serem pensados e analisados. Contudo, enquanto visão de desenvolvimento e de Brasil, a obra dele segue relevante, sendo

trabalhada nos cursos de economia. Há alguns anos, foram editados dois livros intitulados *Conversas com economistas Brasileiros* (Volume I e II), com os principais economistas do país. Quando perguntados sobre qual foi o principal livro de economia brasileiro já produzido, aparece *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, como uma obra recorrentemente citada. Isso pode ser, em alguma medida, uma referência a um autor clássico, mas é mais do que isso: é uma percepção de que Celso Furtado foi um intelectual que pensou o Brasil pela ótica da Economia, mergulhado também na trajetória histórica, tentando responder por que o Brasil não é ainda uma nação desenvolvida e que elementos

devemos buscar para atingir esse desenvolvimento.

Crises

Sobre as crises financeiras, digo que não são novas, elas vêm perseguindo a economia capitalista desde que ela se constituiu. A novidade nesse particular é que o Brasil emerge dessa crise muito mais forte, pois, em outros momentos, afundava. Essa é uma temática recorrente de Celso Furtado: os limites macroeconômicos dos nossos ciclos de expansão. Nesse momento, o Brasil tem mostrado uma grande resistência. Penso que teria sido interessante ter Furtado presente por mais alguns anos para que pudesse ver este outro mo-

mento do país. Quando ele morre, em 2004, ainda estava muito imerso no que foi a década de 90 no Brasil e o começo dos anos 2000, ou seja, um período de desestruturação, de uma ideia de estratégia de desenvolvimento, e estava pessimista diante da forma como o Brasil se inseria na globalização. Ele, provavelmente, morreu sem assistir aos sinais de um novo tempo. Talvez, hoje, olhasse para a realidade brasileira com um olhar mais positivo.

IHU On-Line - Furtado dizia, entre outros aspectos, que o subdesenvolvimento do Brasil e de outros países é um problema estrutural, ligado ao processo capitalista mundial ao qual estamos subordinados. Na sua opinião, este é o principal fator? Que medidas devem fazer parte de um desenvolvimento nacional soberano que possa abrir caminhos para superar o subdesenvolvimento?

André Moreira Cunha - Vou começar a responder através da forma que vejo a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento de Celso Furtado. Um primeiro recorte - e essa visão foi evoluindo ao longo da obra da Celso Furtado - é separar o que é desenvolvimento econômico de crescimento econômico. O crescimento econômico aparece no PIB: estamos produzindo mais automóveis, geladeiras, serviços médicos, ou seja, há um aumento do volume da produção de uma sociedade. Se esse aumento de produção é superior ao crescimento da população, está crescendo o PIB per capita. Então, em geral, nos anos do pós-guerra, havia uma noção de que o crescimento econômico por si só, expresso na evolução da renda por habitante do PIB, trazia desenvolvimento. Celso Furtado, junto com os teóricos da Cepal, trata essa questão a partir da história, da questão estrutural de como o progresso tecnológico se redistribuiu no mundo por meio do comércio internacional e como esse comércio tinha e segue tendo um caráter muito desigual. Analisa também como países periféricos a exemplo do Brasil podem cair na armadilha de ser excessivamente especializados e dependentes da produção de bens que são inten-

sivos em recursos da natureza ou em trabalho não qualificado como o café, que foi o motor da economia brasileira pré 29 e seguiu sendo por um período muito grande. Como essa armadilha aparecia? Produzíamos e exportávamos produtos intensivos, recursos naturais. Acontece que essas commodities têm uma dinâmica de preços ao longo do tempo que tende a cair ou a crescer menos frente ao preço dos produtos industrializados. E mais do que isso: os produtos industrializados têm uma ca-

“O que significa superar o subdesenvolvimento? Significa superar uma condição em que a dinâmica de crescimento econômico não é capaz de se traduzir na inclusão da população como um todo no acesso ao trabalho, no acesso à renda, ao consumo e a bens que podem ser produzidos pelo Estado para minimizar desigualdades sociais”

racterística, uma técnica, que os economistas chamam de elasticidade-renda, ou seja, na medida em que as pessoas vão tendo mais dinheiro, elas compram mais automóveis, computadores, e não mais café. Então, se um país está ultraespecializado na produção de bens que vem da natureza e abre mão da indústria, de agregar tecnologia e valor, cai numa armadilha porque não gera renda suficiente no comércio internacional. Vende soja e

minério de ferro para importar todo o resto. Isso acaba gerando um modelo de concentração de renda dentro dos países, porque a estrutura de produzir bens intensivos em recursos naturais por si só concentra renda de quem detém esses recursos e o poder de comando do processo de crescimento da sociedade. Essa prática não provoca um modelo de desenvolvimento. Esse crescimento é necessário, mas insuficiente de uma visão mais ampla de desenvolvimento.

Modelo de desenvolvimento

Nos anos 50, quando essas ideias foram formuladas, os economistas observaram o que estava acontecendo nos países industrializados e concluíram que se o Brasil continuasse como uma nação não industrializada, isso limitaria muito o processo de desenvolvimento do país. Celso Furtado ainda estudava isso com um olhar histórico. Ele estuda o início da formação das modernas sociedades industriais, urbanas, capitalistas e percebe que a mesma dinâmica histórica que produz a industrialização, a urbanização e o desenvolvimento nos países centrais vai produzir também um padrão de inserção dos países periféricos na ordem internacional. A partir disso, Celso Furtado compreende que essa armadilha foi criada no passado pela forma que fomos colonizados, nos estruturamos enquanto sociedade e economia a partir da nossa independência. Esse é o olhar que ele lança exatamente em *Formação Econômica do Brasil*, e mostra que a origem da nossa formação está nessa dinâmica de exportação européia, e o espaço que vamos ocupar é de fornecedor. Quando ele analisa o que era a dinâmica da economia brasileira no período colonial, mostra, em primeiro lugar, que o nordeste brasileiro é uma região riquíssima, mas que toda a forma de estruturar e comercializar a produção revelava uma situação de dependência externa. Por exemplo: a estrutura de produção era baseada na monocultura, na mão-de-obra escrava, e a venda do açúcar era controlada pelos comerciantes holandeses. Num país em que predominam

essas práticas, não se cria um mercado interno baseado em salários, em pequena produção, comércio.

Superando o subdesenvolvimento

Então, como superamos o subdesenvolvimento? Primeiro entendendo que o desenvolvimento implica necessidade de haver crescimento econômico - essa já é a percepção de um Celso Furtado mais maduro, pós-anos 70 -, mas essa não é condição suficiente. Esse crescimento econômico tem que se desdobrar também na melhoria das condições de vida em geral: educação, saúde e outros componentes sociais. Mas apenas isto é insuficiente: não basta crescer, aumentar a expectativa de vida e ter mais crianças na escola. Tudo isso é necessário para produzir o desenvolvimento, mas há um terceiro elemento: produzir uma sociedade mais homogênea.

Quando Furtado começa a refletir sobre isso e dialoga com a questão do milagre econômico, diz que o que está ocorrendo não é desenvolvimento, pelo contrário, o país está apenas se modernizando, mas é uma modernização que aprofunda desigualdades. O Brasil, apesar de estar mais parecido com um país desenvolvido, no sentido da sua estrutura econômica e infraestrutura, segue guardando resquícios do passado, de uma sociedade que é profundamente desigual.

IHU On-Line - Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado explica que, na obra, encontra-se um esboço do processo histórico da formação econômica brasileira. 50 anos depois da publicação, como avalia a continuação do processo de formação da economia nacional? O que veio a ser o Brasil atual e que projeto de país estamos construindo?

André Moreira Cunha - Há um livro de Celso Furtado que tem um título muito significativo *Brasil. A construção interrompida*.¹ No início da década de 90, ele analisa o processo de globalização, as dificuldades do país nos anos 80 com a crise da dívida externa e a

forma como analisamos e lidamos com isso. Penso que é válida ainda essa ideia de ver o Brasil como uma nação em construção, que tem a ver com o conceito de subdesenvolvimento. O que significa superar o subdesenvolvimento? Significa superar uma condição em que a dinâmica de crescimento econômico não é capaz de se traduzir na inclusão da população como um todo no acesso ao trabalho, no acesso à renda, ao consumo e a bens que podem ser produzidos pelo Estado para minimizar desigualdades sociais. Então, o Brasil ainda é, na minha perspectiva, um país que não construiu essa trajetória de nação. Nós fizemos

“Pode haver um compartilhamento do desenvolvimento sul-americano, onde o Brasil tem uma liderança, a qual deve exercer de modo compartilhado, criando oportunidades para que os parceiros cresçam”

um grande esforço no pós-guerra com governos democráticos e não-democráticos, e essa construção implicou na montagem da infraestrutura. O Brasil pré-industrialização é um país que tinha uma logística vinculada ao comércio exterior: as estradas ligavam a produção do café no interior de São Paulo aos portos no litoral. A infraestrutura física e institucional foi montada a partir de uma perspectiva de economia primária exportadora. Nesse sentido, todo o esforço a partir de Vargas e, particularmente, depois dos anos 50, era para construir uma institucionalidade de nação. Obviamente, essas estruturas devem ser modernizadas, pois refletem um Brasil patrimo-

nialista e desigual.

Durante todo o século XX até a década externa dos anos 80, o Brasil foi um dos dois ou três países com as mais elevadas taxas de crescimento. Particularmente, no pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve uma dinâmica de crescimento muito intenso, deixamos de ser uma fazenda de café para ser um país industrializado. Com a crise da dívida externa, fomos afetados pela vulnerabilidade estrutural, e o país começou a crescer menos do que o mundo. Nos 25 anos que se seguem à crise da dívida externa, o mundo cresceu 3%, e o Brasil, 2,5%. No começo dos anos 2000, por questões que envolvem mudanças na estrutura mundial, particularmente a ascensão da China - que é uma benção e uma ameaça também -, o país saiu da estagnação. O atual governo federal tem um mérito nesse sentido, pois integra muitos desenvolvimentistas que têm visões parecidas com as de Celso Furtado.

IHU On-Line - A partir do conceito de desenvolvimento de Celso Furtado, como o senhor avalia o caso brasileiro? Hoje, o conceito de desenvolvimento deve levar em conta novas perspectivas que surgem como a questão ambiental?

André Moreira Cunha - Nos anos 80 e 90, Celso Furtado compara a América Latina com a Ásia e diz que países que partiram de uma situação econômica mais precária que a do Brasil cresceram, industrializaram-se, melhoraram seus indicadores sociais e têm sociedades mais homogêneas. Quando observamos o conceito de Celso Furtado de desenvolvimento, notamos que o Brasil, pelo menos na minha perspectiva, ainda não atingiu esse patamar, está talvez caminhando nesta direção desde os anos 2000. A questão ambiental não esteve no centro das reflexões de Celso Furtado e de sua geração. Talvez eu seja injusto dizendo que ele não tinha uma perspectiva da ecologia. Sinto que esse debate não era tão forte como hoje. A forma como essa preocupação talvez tenha entrado no trabalho de Celso Furtado tem a ver com os estilos de desenvolvimento, com o padrão de consumo gerado nos

¹ Furtado, Celso. *Brasil: a Construção Interrompida* (São Paulo: Paz e Terra, 1992). (Nota da IHU On-Line)

países centrais e materializado nos bens lá produzidos. A disseminação desse padrão para países como o Brasil iriam aprofundar a nossa concentração de renda, o que aconteceu no milagre econômico durante o governo Médici.

O que está acontecendo no Brasil hoje, comparando o período do milagre com o momento atual? O país está vivendo um processo de retomada do dinamismo em termos de crescimento com inflação sob controle, melhorando as contas externas - isso sempre esteve no centro das preocupações de Celso Furtado, porque o país crescia e estourava o balanço de pagamento -, conseguindo ter uma situação de menor vulnerabilidade externa, e o ambiente macroeconômico está muito bom. Desde 2001, os indicadores de desigualdade têm melhorado no país. O Brasil segue sendo um dos 20 países mais desiguais do mundo, mas já foi um dos três. A desigualdade de renda vem diminuindo, e o ciclo atual de crescimento é baseado na incorporação de camadas populares no mercado de consumo, na formalização de emprego, na recuperação de salário mínimo. Esses são elementos que vão ao encontro da visão furtadiana de um padrão de crescimento que incorporasse essas massas populares enquanto trabalhadores formais, melhorasse o poder aquisitivo e que fosse baseado na produção de bens que esse conjunto da população brasileira consome: alimentos, roupas, calçados, que são intensivos em emprego, o que não significa não produzir bens mais sofisticados, mas valorizar o potencial de mercado interno brasileiro.

IHU On-Line - Furtado acreditava que o Estado desempenhava um papel fundamental nos rumos do país e dizia que o controle cambial era fundamental para se ter uma política efetiva. Qual tem sido o papel do Estado brasileiro enquanto condutor da política econômica e qual deveria ser?

André Moreira Cunha - A obra de Celso Furtado é influenciada pela macroeconomia de Keynes,² e esses dois

² John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é

“Percebo que se inventou uma falsa dicotomia entre ser nacionalista e estarmos abertos a outras culturas, intensificar exportações e importações”

autores renascem com grande força a partir do momento que se redescobre as lições que foram aprendidas no pós-crise 29, ou seja, da importância de ter um equilíbrio no mundo privado dos mercados que produz inovação, crescimento, mas que não é condição suficiente para produzir desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Estado tem um papel importante a cumprir na construção do desenvolvimento. Mas a função dele vai mudando ao longo do tempo, por isso se fala de um novo desenvolvimentismo. Nesse sentido, dentro do atual governo, particularmente do que chamaria de Lula II, Guido Mantega e Dilma Rousseff são duas figuras que ajudam a fortalecer a visão do desenvolvimento, a qual aparece no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), na

uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 02-05-2005, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158268163.69pdf.pdf> e outra entrevista na 144ª edição, de 06-06-2005, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265767.37pdf.pdf>. Confira, também, dois artigos na 145ª edição, de 13-06-2005, disponíveis para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265416.97pdf.pdf> e um artigo nos Cadernos IHU Idéias número 37, de 2005, intitulado *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, disponível para download em <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1158330840.21pdf.pdf>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1223468601.6593pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

recuperação do salário mínimo, que tem um poderoso efeito redistributivo de renda e que está estimulando o mercado de consumo no Brasil. Não estou aqui me colocando a favor do governo Lula, mas reconheço muitos avanços no segundo mandato. Sempre digo àqueles que não acreditam que o aumento do salário mínimo e os programas de distribuição de renda têm efeito sobre o mercado, que, em algumas regiões do Brasil, as vendas no varejo vêm crescendo a taxas chinesas. Tem produtos no Brasil que estão experimentando esse ritmo de crescimento. O consumo como um todo no país vinha crescendo, antes da crise, a 7% ao ano. Isso, em alguma medida, é fruto de uma estratégia que se desenha com mais clareza no segundo mandato de Lula, mas que não tem nada a ver com o governo, e sim com uma mudança na estrutura da economia mundial, com crescimento cada vez mais assentado nos países asiáticos e emergentes, os quais, na medida em que estão se industrializando, aumentam a demanda por recursos naturais. Lula surfou nessa onda com competência e particularmente com essa preocupação de adensar o mercado interno, que é o nosso grande ativo neste momento. Estamos vendo que os mercados não resolvem tudo, eles apenas são responsáveis por uma parcela do bem-estar da sociedade. Não significa dizer - e Celso Furtado não tinha essa percepção - que o Estado tudo resolve, que ele não tem problemas, que o estatismo é a solução ao privatismo absoluto.

Os estudos econômicos, mesmo aqueles que não se baseiam em Marx, revelam uma sociedade que, ao longo dos últimos 200 anos, torna-se mais desigual no plano internacional. Por outro lado, Keynes, percebendo e reconhecendo essa verdade de Marx e não gostando da alternativa totalitária que ele enxergava no mundo soviético, diz que é preciso civilizar o capitalismo. O Estado tem um papel a cumprir, mas hoje, no século XXI, ele não precisa produzir aço, produtos químicos, e sim condições para que a sociedade se desenvolva. O atual governo tem tentando responder essa agenda, mas ain-

da teremos que trabalhar em média 25 anos para avançar. Não há solução de curto prazo.

IHU On-Line - O senhor citou o PAC como modelo que pode fomentar o desenvolvimento no Brasil. Será que ele está mais próximo de um projeto de crescimento do que de desenvolvimento propriamente dito?

André Moreira Cunha - Sim, está ligado ao crescimento, mas o PAC não é a única ação do governo no sentido do desenvolvimento. O PAC tem a ver com obra de infraestrutura.

Nos anos 40, a renda per capita brasileira cresceu 4%, em números redondos. Então, parte da nossa agenda é também retomar o crescimento. Para isso, conseguimos, através de vários governos, melhorar a situação fiscal, de inflação. Ao fazer isso, o Estado retoma a capacidade de investimento. Parte desses são privados, então, o país investe menos de 20% do PIB, enquanto na área (de investimentos) se investe mais de 30%. Nós já investimos, no passado, mais de 20% do PIB. Então, é preciso retomar também os investimentos do setor público em infraestrutura, e isso é o PAC. O programa vem no sentido de resolver essa dimensão: transmissão de energia, portos, estradas, numa visão furtadiana de eixos estruturantes que também pensam a integração na América do Sul, onde o desenvolvimento é partilhado no contexto sul americano. Portanto, muitas dessas obras vão fortalecer gargalos que acumulamos nos últimos anos. Isto não é suficiente e, por isso, são necessárias políticas como Bolsa Família que também são insuficientes. De qualquer modo, no período Lula, o Brasil vai realinhar seu crescimento com o mundo. Durante o governo FHC, somente em 1995 o país cresceu mais do que o mundo. Nos outros sete anos, cresceu menos. Nos oito anos de governo Lula, provavelmente, em cinco, o Brasil terá crescido mais do que o mundo e, em três anos, menos do que o mundo. Na média, emparelhou. Isso é maravilhoso, mas também mostra que estamos muito longe de um crescimento, que precisamos estar bem acima do mundo para re-

cuperar o tempo perdido. Temos que pensar na dimensão qualitativa que Celso Furtado nos ensina. Claro que o PAC não resolve todas as questões, mas os problemas não se resolvem sem que o Estado volte a ter um papel pró-ativo.

IHU On-Line - Economias integradas podem representar uma alternativa na superação do subdesenvolvimento?

André Moreira Cunha - Penso que sim. Pode haver um compartilhamento do desenvolvimento sul-americano, onde o Brasil tem uma liderança, a qual deve exercer de modo compartilhado, criando oportunidades para que os

**“Às vezes eu brinco
dizendo que sou
nacionalista, mas só
não sou tão nacionalista
quanto um
estadunidense ou
um francês”**

parceiros cresçam. Se Celso Furtado estivesse vivo, estaria apoiando medidas como melhorar o preço do gás que estamos exportando da Bolívia, da energia que estamos pagando para o Paraguai. Criar condições para que esses países possam se desenvolver é interessante porque, na medida em que eles redistribuem mais sua renda e crescem, também vão consumir mais produtos produzidos no Brasil.

IHU On-Line - Em tempo de globalização, ainda há espaço para um projeto nacional de desenvolvimento no Brasil? Qual seria?

André Moreira Cunha - Às vezes eu brinco dizendo que sou nacionalista, mas só não sou tão nacionalista quanto um estadunidense ou um francês. Tenho uma versão mais generosa de mundo. Percebo que se inventou uma falsa dicotomia entre ser nacionalis-

ta e estarmos abertos a outras culturas, intensificar exportações e importações. Em momentos anteriores - e essa é minha crítica ao período FHC - não havia uma visão de inserção no mundo em que se preservasse essa ideia de que somos um povo com direito ao desenvolvimento, que temos que andar de cabeça erguida. Então, é uma visão muito intriguista, subserviente, particularmente dos economistas que cercavam o governo anterior, subserviente a Wall Street. Esse debate ocorre nos EUA com a crise. Eles questionam se o Estado não foi capturado por Wall Street, pelas finanças. O Brasil foi, em boa medida, e isso foi prejudicial para o nosso desenvolvimento. Então, quando falamos de estratégia internacional, não podemos assumir uma tática de ter um desligamento do mundo, de um nacionalismo nessa dimensão. Temos condições de aprofundar nossa integração ao mundo, mas sem abrimos mão da produção, da renda gerada no país. O Estado pode ter um papel ativo e se impor dizendo que não quer capitais de curto prazo e que irá tributá-los. Ótimo! Muitos países adotam medidas temporárias ou de longo prazo de controle sobre os fluxos financeiros. Isso é preservar o interesse nacional para evitar que o Real fique forte demais e não prejudique as exportações, por exemplo. Quando se faz isso, está se assumindo uma ideia de desenvolvimento e de que há ferramentas que estão ao nosso alcance para preservarmos os nossos interesses sem necessariamente nos fecharmos para o mundo. Estudos do FMI mostram que a globalização da dimensão financeira tem produzido mais crises e instabilidades do que crescimento. Diante dessa realidade, não há porque não sermos seletivos nessa integração ao mundo. A globalização é um fato, mas isso não é incompatível com a possibilidade de ter uma estratégia nacional. O país que mais se integrou ao mundo foi a China. E, alguém vai dizer que ela não tem um Estado forte que procura direcionar esse processo? Claro que tem. Os EUA, que não têm uma tradição de Estado produtor, jamais deixaram de proteger as suas empresas.

Celso Furtado: o teórico do nacionalismo desenvolvimentista

Na opinião de José Saraiva Cruz, todo projeto político que quiser alcançar sucesso deve ter como bandeira o combate à pobreza e à desigualdade. Para alcançar sucesso, recomenda, deve também apresentar soluções rápidas e práticas

POR PATRICIA FACHIN

Celso Furtado desenvolveu um novo modelo de análise e mostrou que o subdesenvolvimento não era apenas uma questão de atraso econômico, pelo contrário, tratava-se de um mote muito mais amplo, “que envolvia uma estrutura sociopolítica de dominação que se mantinha sob princípios colonialistas, visando à concentração de renda e poder”. Apesar de a teoria furtadiana ser reconhecida até hoje, há três décadas, a hegemonia do liberalismo vem dominando a prática econômica mundial, na contramão das ideias de Furtado. De qualquer modo, garante Cruz, na entrevista que concedeu por e-mail para a *IHU On-Line*, “seus valores continuam atuais, e seu método histórico, dialético e interdisciplinar também aparece como apropriado para dar conta dos desafios atuais. A questão ambiental permite até mesmo o retorno do comprometimento e do engajamento intelectual”.

Cruz é mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição, com a tese *Celso Furtado, o teórico do nacionalismo desenvolvimentista cepalino-isebiano*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são, em sua opinião, as elaborações furtadianas que constituíram as bases para pensarmos a realidade econômica, política e social do Brasil entre os anos 50 e 60?

José Saraiva Cruz - Antônio Cândido¹ nomeou Gilberto Freyre,² Caio Prado³

¹ **Antonio Cândido** (1918): escritor, ensaísta, professor universitário e um dos principais críticos literários brasileiros. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Gilberto Freyre** (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Ainda recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Münster (Alemanha) e da Universidade Católica de Pernambuco. Sua produção literária é muito importante. Entre seus livros, citamos: *Casa grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. O Prof. Dr. Mário Maestri, do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), apresentou o segundo livro na programação do II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido no dia 15-04-2004, pelo IHU. Sua palestra originou o artigo publicado no *Cadernos IHU* número 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações*. (Nota da *IHU On-Line*)

³ **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e

Sérgio Buarque⁴ como demiurgos do Brasil, com muita pertinência, Francisco de Oliveira acrescentou Celso Furtado a

político brasileiro, publica em 1942 sua obra mais importante, *A Formação do Brasil Contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada, sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU, em 14-08-2003, pela professora Marcia Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista à *IHU On-Line* número 70, de 11-08-2003. (Nota da *IHU On-Line*).

⁴ **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de “homem cordial”, examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento *IHU Ideias*, de 22-08-2002, o tema “O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda” e no dia 8-05-2003, a professora apresentou essa mesma obra no Ciclo de Estudos sobre o Brasil, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista à *IHU On-Line*, publicada na edição nº 58, de 5-05-2003. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da *IHU On-Line*, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*. (Nota da *IHU On-Line*)

este pantheon. Esses intelectuais, a partir da repercussão de suas produções, influenciaram decisivamente na mudança da visão que os brasileiros tinham de si e do país. Quando Furtado publica *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, o país fazia um enorme esforço para deixar de ser apenas de base agrária. A grande perplexidade era: porque um país com tanto potencial permanecia tão pobre? A Cepal nasce com esta missão: buscar bases racionais, pautadas no planejamento, que dessem subsídios e incentivassem o desenvolvimento econômico da América Latina, isto, na contramão da ortodoxia liberal, que era hegemônica numa região em que se consolidava a influência norte-americana. A partir da constatação da perda nas trocas internacionais por Prebisch, Furtado desenvolve um novo tipo de análise, acrescentando à perspectiva estruturalista uma visão histórica e interdisciplinar, mostrando que o subdesenvolvimento não era uma simples questão de atraso econômico, mas, muito mais ampla, que envolvia uma estrutura sociopolítica de dominação que se mantinha sob princípios co-

lonialistas, visando à concentração de renda e poder. Isto foi uma novidade impactante na análise econômica que até então prevalecia na região.

IHU On-Line - Como o senhor descreve Celso Furtado enquanto “o teórico” do nacionalismo desenvolvimentista cepalino-isebiano?

José Saraiva Cruz - Bresser-Pereira⁵ e Ricardo Bielschowsky⁶ descreveram muito bem as várias correntes do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil, contudo, para o interesse precípua do meu trabalho não bastavam. Eu procurava os “contornos isebianos” presentes na produção e no pensamento de Celso Furtado. Se você me perguntar qual foi o grande intelectual do nacional desenvolvimentismo direi, sem dúvidas, que foi Álvaro Vieira Pinto,⁷ porém, há mais

5 Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira (1934) é um economista, cientista político e político brasileiro. Foi ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney. Tomou posse em 29 de abril de 1987 e deixou o ministério em 21 de dezembro de 1987. Foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado em todo o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia nos primeiros seis meses do segundo mandato, permanecendo nesse cargo até o dia 19 de julho de 1999. Cursou a Faculdade de Direito da USP, é mestre em administração de empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em economia pela USP. Ensinando na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo desde 1959, foi seu primeiro professor a receber o título de professor emérito, em 2005. É presidente do Centro de Economia Política e editor da Revista de Economia Política desde 1981 quando a fundou. (Nota da IHU On-Line)

6 Ricardo Bielschowsky é um economista brasileiro. Graduiu-se em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez o mestrado na Universidade de Brasília e o doutorado na Universidade de Leicester, Inglaterra. É hoje professor da UFRJ, e trabalha na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Ele esteve na Unisinos no último mês de outubro de 2007, participando do Ciclo de Estudos Repensando os clássicos da economia, promovido pelo IHU, quando apresentou o tema *Raúl Prebisch e o pensamento da CEPAL* (Nota da IHU On-Line)

7 Álvaro Vieira Pinto (1909-1987): Formado em medicina em 1932, pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em 1934 ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista, liderada por Plínio Salgado. No campo profissional, dedicou-se aos estudos e pesquisas laboratoriais. Paralelamente, completou os cursos de física e matemática na Universidade do Distrito Federal (UDF). Em 1955, tornou-se chefe do Departamento de Filosofia do recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), organi-

“A modernização, vista como desenvolvimento, passa a depender da ação social organizada, do planejamento e de um marco legal adequado”

divergências do que aproximações entre Furtado e Vieira Pinto, já com Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe podemos encontrar uma maior afinidade intelectual. O que os aproxima, além da interpretação das origens do subdesenvolvimento brasileiro e das soluções propostas no campo político e econômico são os fundamentos do método analítico, bem explorado por Furtado em *Dialética do Desenvolvimento*,⁸ de 1964.

IHU On-Line - Que relações o senhor estabelece entre a trajetória intelectual e a prática política de Celso Furtado, em especial com o ISEB, principal centro de repercussão das ideias da Cepal no Brasil dos anos 50?

José Saraiva Cruz - Admirador de Karl Mannheim, de quem buscou a sustentação teórica que associava planejamento e ação social, Furtado teorizava visando sua aplicação prática e imediata, tanto que não cedeu aos apelos da política e da academia, mantendo-se como *policy maker* até ser vítima do exílio em 1964. Mannheim foi um dos pilares da sociologia isebiana, voltada para ação política, para a mudança social. O ISEB propunha uma grande mobilização como forma de pressionar politicamente as elites a aceitarem as reformas estruturais (ou de base), o que, acreditavam, romperia com o modelo socioeconômico concentrador que caracterizava historicamente a sociedade e o Estado brasileiro. Os principais intelectuais isebianos

zado no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. (Nota da IHU On-Line)

8 Furtado, Celso. *Dialética do desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964). (Nota da IHU On-Line)

classificavam sua fundamentação filosófica de “cultural existencialista”. Apesar de suas origens anteriores, o existencialismo de Sartre⁹ estava em voga nos anos 50, e o culturalismo, já há muito tempo, vinha influenciando decisivamente boa parte dos intelectuais brasileiros, aqui também vejo uma aproximação importante entre Furtado e os isebianos. Celso Furtado se formou em direito na Universidade do Brasil nos anos 1940 e bebeu da fonte culturalista.

IHU On-Line - Em sua tese, o senhor afirma que muitas das correntes desenvolvimentistas foram influenciadas pelos isebianos. Pode nos dar alguns exemplos dessas influências na América Latina?

José Saraiva Cruz - As fundamentações cepalinas causaram um alvoroço na América Latina, descortinavam um novo caminho, novas possibilidades e retiravam o peso da culpa do atraso das raízes ibéricas, da miscigenação, das condições geográficas e climáticas, vistas até então entre os principais entraves à modernização. São elementos que atuam rompendo a inércia que dominava as sociedades da época, e os intelectuais que criaram o ISEB o fizeram a partir desta percepção, neste sentido eram “oportunistas”. O ISEB era uma instituição que visava à difusão racional e organizada dessa “boa nova”, seus intelectuais se viam como propagadores deste “rompimento com o velho” e viam sua atuação para muito além do meio acadêmico, se imiscuíam nos órgãos do Estado, na política, no meio sindical e artístico, e tinham pressa, por isto foi vista por muitos como “aparelho ideológico”. O ISEB não era

9 Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi *A náusea* (1938), e seu principal trabalho filosófico é *O ser e o nada* (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio *O existencialismo é um humanismo*, como a doutrina na qual, para o homem, “a existência precede a essência”. Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias *Baudelaire* (1947) e *Saint Genet* (1953). *As palavras* (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da IHU On-Line)

uma escola formal, e sim um centro de estudos que agregava um movimento intelectual voltado para o debate dos problemas brasileiros e para a mudança social, sem pretensões de influenciar o resto do continente.

IHU On-Line - Quais as influências da relação Cepal/ISEB na interpretação de Celso Furtado sobre a sociedade, a nação e o Estado brasileiro?

José Saraiva Cruz - Como disse, a partir da “compilação” que Celso Furtado faz das orientações cepalinas e isebianas surge um novo método analítico e uma nova interpretação da realidade brasileira. O método é o que ele chamou de “dialética do desenvolvimento”, e a interpretação é aquela difundida por Formação, que supera definitivamente as antigas leituras que ligavam o atraso brasileiro as suas condições culturais, sanguíneas, climáticas e geográficas. A modernização, vista como desenvolvimento, passa a depender da ação social organizada, do planejamento e de um marco legal adequado. A interpretação Furtadiana pautou praticamente todas as discussões sobre desenvolvimento no Brasil da segunda metade do século XX.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a propagação da teoria e da prática do pensamento cepalino na América Latina?

José Saraiva Cruz - A Cepal lança a ideia das reformas estruturais que os mais importantes movimentos de base nacional-popular vão encampar, cada um de acordo com suas conveniências. Resumidamente, a ideia central que ficou é que os altos níveis de pobreza e desigualdade que caracterizam a América Latina têm origem na forma como as elites locais se apropriaram do Estado, utilizando-o como instrumento facilitador das práticas concentradoras de riqueza e poder geradas pelas trocas comerciais predatórias que caracterizam as relações centro-periferia. Como sabemos, as consequências são imediatas, e uma onda de autoritarismo toma conta da região perdurando por pelo menos duas décadas, desar-

ticulando as alianças políticas de base popular urbana.

IHU On-Line - Há espaço para o nacionalismo desenvolvimentista no continente?

José Saraiva Cruz - É o que temos visto neste início de século. Como as antigas condições de pobreza e desigualdade persistem, o clamor por opções políticas que respondam aos anseios dos excluídos permanece, daí o retorno de novas versões do nacional-popular. Mesmo nos meios acadêmicos, a questão da desigualdade ou

“Não vejo o nacionalismo como resposta aos problemas da América Latina, mesmo os mais nacionalistas defendem a integração regional. Talvez, desde a onda libertadora de Bolívar e San Martín, o panamericanismo nunca tenha estado tão em moda”

do seu contraponto a concentração de renda continuam alçadas à condição de principal mal das sociedades latinas. O desafio lançado pela Cepal permanece. O diagnóstico, entretanto, deve ser outro.

IHU On-Line - O nacionalismo desenvolvimentista seria uma alternativa para a América Latina? Que questões deveriam fazer parte de um projeto nacionalista no continente?

José Saraiva Cruz - Acredito que todo o projeto político que quiser alcançar sucesso na nossa região deva ter como bandeira o combate à pobreza

e à desigualdade e, para se manter, terá que apresentar respostas rápidas e práticas. Na medida em que os indicadores socioeconômicos vão, lentamente, traduzindo uma melhora, e as populações mais pobres vão se organizando, a cobrança sobre os organismos institucionais tende a ser maior, e os políticos devem procurar mecanismos para atender a estas demandas. O perigo volta a ser a tentação autoritária. Não vejo o nacionalismo como resposta aos problemas da América Latina, mesmo os mais nacionalistas defendem a integração regional. Talvez, desde a onda libertadora de Bolívar e San Martín, o panamericanismo nunca tenha estado tão em moda. Os isebianos Guerreiro e Jaguaribe (assim como Furtado) diziam que eram nacionalistas de “circunstância”, viam a opção pelo nacionalismo como conjuntural, apenas como meio, e não como fim, fato que os distanciou de Vieira Pinto.

IHU On-Line - Qual é a atualidade da Cepal no sentido de estimular o desenvolvimentismo em tempo de globalização?

José Saraiva Cruz - Não sei se a Cepal se arrisca a produzir interpretações e soluções criativas atualmente, não acompanho suas produções, entretanto, penso que como organismo da ONU deva estar alinhada às linhas mestras da instituição mãe, dadas pela questão ambiental (desenvolvimento sustentável) e a universalização dos ideais de cidadania e democracia (As agendas 21), associados à extensão dos direitos sociais. No Brasil, com o governo Lula, intelectuais desenvolvimentistas (novos e antigos) assumiram importantes cargos na administração direta e nos organismos de pesquisa ligados ou patrocinados pelo executivo. Chega-se a falar num novo desenvolvimentismo ou “neodesenvolvimentismo”.

IHU On-Line - Como aplicar as propostas desenvolvimentistas de Celso Furtado, considerando os problemas de desemprego, concentração de renda, pobreza e miséria, que estão agregados ao modelo capitalista?

José Saraiva Cruz - A convicção posi-

tivista, no sentido de racionalista, e sua formação keynesiana sustentaram as suas elaborações norteadas pelos ideais de igualdade e liberdade, conforme aparecem na Declaração *Universal dos Direitos Humanos de 1948, o que o caracterizam como um “neoiluminista”*. Furtado foi um homem de convicções, um intelectual que via, na ciência, um valor instrumental, eram os valores morais que nortavam seus trabalhos. Suas análises não se esgotavam na descrição do real, o que o fazia não perder as esperanças na capacidade humana de projetar e planejar socialmente o futuro.

IHU On-Line - Que aspectos do modelo furtadiano deveriam ser resgatados com urgência?
José Saraiva Cruz - As últimas três décadas do século passado foram de hegemonia do liberalismo econômico e do distanciamento científico. Na contramão das ideias de Furtado. A questão ambiental trouxe uma inflexão a esta situação. Ora, hoje em dia, está cada vez mais difícil encontrar alguém que não acredite nos efeitos perversos do mau uso dos recursos naturais, principalmente na questão climática evidenciada pelo aquecimento global. No mesmo sentido, dificilmente encontraremos grupos sensatos que não defendam uma ação coordenada no enfrentamento destas dificuldades. Se podemos adotar mecanismos complexos de coordenação e planejamento para o enfrentamento destas questões, se podemos investir em mudanças culturais e comportamentais que dêem conta de salvar o planeta, porque não adotá-las também no sentido de humanizar o capitalismo, de salvar pessoas? Os organismos da ONU, me parece, trabalham nesta direção e, neste sentido, está a contemporaneidade de Celso Furtado. Seus valores continuam atuais e seu método histórico, dialético e interdisciplinar também aparece como apropriado para dar conta dos desafios atuais. A questão ambiental permite até mesmo o retorno do comprometimento e do engajamento intelectual.

Projeto de desenvolvimento. A integração é o caminho?

Defensor de uma integração efetiva na América Latina, Marcos Formiga, professor da Universidade de Brasília - UnB, diz que para criar um continente desenvolvido é preciso que os países pensem como um único grupo

POR PATRICIA FACHIN

Na opinião do professor Marcos Formiga, Celso Furtado, além de traçar um panorama social e econômico do Brasil, embasado nos aspectos históricos, fez uma espécie de previsão dos primeiros anos do século XXI. Ele “faz uma análise de futuro e diz que apesar de o país ter conseguido se industrializar, ainda na virada do século seria um dos mais desiguais em termos de distribuição de renda”, menciona. Preocupado com a distribuição da riqueza, “ele previa que iríamos continuar com algumas desigualdades graves, como, ao analisar, ainda no início dos anos 2000, a mudança na distribuição, a qual percebia muito tímida”. Entre as transformações que ainda precisam ser feitas com urgência, Formiga destaca a reforma política e argumenta que “o sistema federativo é muito desequilibrado, dominado por simetrias que precisam ser corrigidas”.

Na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**, ele diz que uma fórmula impede o avanço brasileiro em termos de desenvolvimento e desigualdade social. “Poupamos pouco e investimos pouco”. E propõe: “Temos de mudar esse tipo de comportamento da sociedade brasileira e do próprio governo. Aumentar a poupança para investir mais”.

Marcos Formiga é professor da Universidade de Brasília - UnB. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a importância de revisitar a obra de Celso Furtado na atual conjuntura econômica e social brasileira?

Marcos Formiga - Celso Furtado não é um escritor passageiro. Como pensador, sua obra para a interpretação do Brasil é permanente. Em *Formação Econômica do Brasil*, seu clássico maior, e certamente um dos dez mais importantes livros escritos sobre o nosso país, ele, além de fazer uma análise e uma interpretação da formação econômica, no capítulo

36, faz uma análise de futuro e diz que, apesar do país ter conseguido se industrializar, ainda na virada do século seria um dos mais desiguais em termos de distribuição de renda. Ele fez também uma projeção sobre a população: achava que, na virada do século, chegaríamos aos 200 bilhões, chegamos a quase 190. Então, o caráter permanente não é só uma revisitação, é uma interpretação que veio para ficar.

IHU On-Line - O projeto de Celso

Furtado tinha poucos adeptos efetivos no plano político institucional? Por quê? O que dificultou sua implementação?

Marcos Formiga - O Brasil vinha num ritmo crescente de desenvolvimento desde 1930. A grande depressão tornou-se muito favorável à poupança forçada que fizemos, principalmente em relação à economia do café, e a poupança financiou o processo de industrialização. Essa é a genialidade de Celso Furtado e é aí que está a grande contribuição dele para compreender o que aconteceu no Brasil. Até então, as interpretações de história econômica eram interessantes, mas insuficientes para compreender a dimensão do problema. Ele, sem nenhuma influência de autores estrangeiros, consegue fazer essa interpretação do crescimento do mercado interno e da importância maior do consumo interno do que a economia até então prevalecente de exportação. Pela primeira vez em 430 anos, o país em si como sociedade de consumo superava o país de tradição voltada para a exportação e produtos primários.

Celso Furtado passa a ser um ator primordial nessa interpretação e na própria adoção de uma política de desenvolvimento a partir dos anos 50. Depois de se agregar a Cepal, foi diretor do BNDS para uma área que escolheu: uma diretoria voltada para o nordeste, sua região de origem. Nessa diretoria, ele não só elaborou o plano de desenvolvimento do nordeste, o qual desembocou na criação da Sudene, como se credenciou pelo sucesso do modelo implantado numa das regiões mais desiguais e subdesenvolvidas do mundo, com problemas seriíssimos de fome e combate à seca. Ele modifica totalmente esse tratamento ortodoxo da economia regional do nordeste e se credencia para ser o primeiro ministro do planejamento do Brasil, isso no governo parlamentarista de João Goulart.

Com a Sudene, Celso Furtado conseguiu uma engenharia política até então nunca praticada no federalismo brasileiro, ou seja, os estados que compunham a região, num acordo mobilizador liderado pela Sudene, passaram a defender os interesses da

região acima dos seus próprios interesses. Essa é uma situação ímpar no Brasil, quando um estado deixa de fazer guerra fiscal e se une por um interesse maior.

Não há dúvidas de que o que ele fez no nordeste, com a criação da Sudene, é um exemplo mundial de boa prática de planejamento. Nesse período, o nordeste deu saltos quantitativos e qualitativos no seu desenvolvimento. Também, ao não se dar por vencido ao ser afastado pelo regime militar e perder seus direitos políticos e ter de se afastar da Sudene, Furtado dizia que conseguimos sucesso na

“Não há dúvidas de que o que ele fez no nordeste, com a criação da Sudene, é um exemplo mundial de boa prática de planejamento.

Nesse período, o nordeste deu saltos quantitativos e qualitativos no seu desenvolvimento”

área de industrialização, mas, no que se refere às políticas sociais, houve melhoras, mas nunca suficientes à dimensão do problema que a região vivia. Até aí, ele não só foi um pensador, mas um ator social. Depois, passa a ser um grande intérprete afastado das suas funções públicas e morando praticamente no exterior, onde lecionou nas melhores universidades do mundo, aumentando sua capacidade de análise e de produção científica. A partir daí, praticamente, a cada ano, escreveu um novo livro e consolidou essa visão de um pensador, sem dúvida um dos maiores que o Brasil já teve.

IHU On-Line - Que contrapontos o senhor faz entre o atual projeto de desenvolvimento econômico brasileiro e o proposto por Celso Furtado?

Marcos Formiga - Celso Furtado conseguiu acompanhar um pouco a mudança das últimas décadas, principalmente a de 90 e quase metade desta que está em curso, e chamava a atenção sempre para o problema da distribuição da riqueza. Ele previa que iríamos continuar com algumas desigualdades graves, como, ao analisar, ainda no início dos anos 2000, a mudança na distribuição, a qual percebia muito tímida. Se analisarmos a renda per capita, percebemos que houve um crescimento relativo da participação individual de cada cidadão, mas, se analisarmos o índice de Gini, que mede exatamente a desigualdade, essa diminuição é muito pequena. Houve melhoras, não se pode negar. Mas ainda é muito aquém da necessidade e muito inferior às correções que precisam ser feitas.

IHU On-Line - O modelo de crescimento atual é compatível com o projeto de desenvolvimento brasileiro que desejamos construir?

Marcos Formiga - Temos avanços na área social e nas políticas compensatórias de caráter bastante universalista, mas isso não significa dizer que o que Celso Furtado pregou foi obtido. Efetivamente, se tem débitos com a sociedade brasileira, e o maior é com a condição educacional do nosso povo. Não existirá um país forte, com economia sustentável, se não resolvermos em definitivo a baixa escolaridade do Brasil. No meu entender, aí está o problema maior que temos de enfrentar.

IHU On-Line - Além da educação, que outros elementos devemos buscar para atingir o desenvolvimento proposto por Furtado? E nesse sentido, que medidas devem fazer parte de um desenvolvimento nacional soberano que possa abrir caminhos para superar o subdesenvolvimento?

Marcos Formiga - Para isso, o Brasil precisa adotar uma série de políticas. Se estamos relativamente bem nos

fundamentos macroeconômicos, com baixa inflação, crescimento modesto, também temos que fazer grandes reformas. Entre elas, a reforma política, porque o sistema federativo é muito desequilibrado, dominado por simetrias que precisam ser corrigidas e que estão pensando o Brasil como nação. Temos um conglomerado de estados, mas falta um pensamento mais forte de desenvolvimento da nação. Quando se fala nisso, pensa-se em qualidade de vida, em condições de melhor distribuição da renda, de acesso a qualidade de serviços públicos, em especial, a educação, saúde e segurança pública. Diante desses três itens, temos um imenso déficit social. Precisamos fortalecer uma política socioeconômica para sermos mais fiéis ao pensamento furtadiano.

IHU On-Line - Em tempo de globalização e mercados livres, é possível e desejável construir um projeto nacional de desenvolvimento? Quais os desafios que a globalização nos impõe nesse sentido?

Marcos Formiga - A globalização tem vantagens e desvantagens. O Brasil na parte comercial está sabendo tirar bastantes vantagens desse processo. Mas, da mesma forma que a globalização nos inclui no panorama internacional, pode acentuar e agravar os desequilíbrios internos.

Se formos capazes de nos afirmar como potência econômica, o outro passo que tem mais a ver com a qualidade do crescimento é se tornar um país socialmente justo, menos desigual. Esse projeto de nação está em curso, e esse esforço tem que ser muito mais concentrado. Pouparamos pouco e investimos pouco. Temos de mudar esse tipo de comportamento da sociedade brasileira e do próprio governo. Aumentar a poupança para investir mais. O que temos conseguido com um acréscimo de investimentos externos é ótimo, mostra a vitalidade e a atração da eco-

“Temos avanços na área social e nas políticas compensatórias de caráter bastante universalista, mas isso não significa dizer que o que Celso Furtado pregou foi obtido”

nomia brasileira. Mas esse esforço é endógeno. É preciso modificar esse comportamento em favor de uma crescente poupança interna para um aumento substancial dos investimentos.

IHU On-Line - Quais o senhor citaria como os principais desafios da Cepal na América Latina?

Marcos Formiga - A Cepal cumpriu um papel histórico quando o desenvolvimentismo era - não digo mais fácil de fazer -, mas, mais aceito. Na América Latina, os esforços de integração deram uma continuidade ao pensamento cepalino, mas todos ainda são uma boa invenção e uma prática muito limitada. Avanços, sim, no Mercosul, mas não suficientemente. Falta o avanço do Cone Sul para uma análise mais subcontinental da América do Sul como um todo. Há esperança e necessidade de integração. Não tem mais sentido, no linear do século XXI, cada país defender aquilo que Celso Furtado conseguiu no nordeste. É preciso que os países pensem numa totalidade, o que é muito difícil, porque teriam todos que renunciar a algumas vantagens individuais para ganhar alguns avanços coletivos. Acredito na integração e penso que precisamos fortalecer esses vínculos e acelerar o passo.

IHU On-Line - Até que ponto o crescimento da economia brasileira e as medidas adotadas para o crescimento estão refletindo também o desenvolvimento do país?

Marcos Formiga - A expectativa para os próximos anos são alentadoras, nós precisamos crescer uma taxa mínima de 5%. Para fazer a inclusão dos novos contingentes de jovens que chegam ao mercado de trabalho, teríamos que chegar a uma série histórica de pelo menos 6% por um longo período. Melhoramos muito para quem cresceu apenas metade da taxa mundial de crescimento em pouco mais de duas décadas. Nos últimos anos, esse percentual de crescimento do Brasil já puxou o crescimento da América Latina. Então, há concretas esperanças no ar. Precisamos fazer o dever de casa: uma conjunção de uma política econômica continuamente equilibrada, com controle de metas de inflação e com o compromisso de aumentar a poupança e o investimento para que esse percentual chegue a 6% com regularidade. Se analisarmos o porquê do avanço da Coreia, percebemos duas razões: a clara prioridade para a educação passou a ser o item principal para sustentar o desenvolvimento coreano; segundo, uma ótima taxa de crescimento. Essa conjugação de políticas sociais com crescimento acelerado faz da Coreia não só o décimo terceiro país economicamente mais forte como também a décima primeira indústria do mundo, sem falar na liderança de uma série de setores: construção naval, elaboração de componentes eletrônicos. Esse exemplo da Coreia não pode ser copiado e transcrito para o Brasil, mas, certamente, eles adotaram um projeto de nação onde o crescimento econômico foi transferido para a qualidade de seu povo. A prova é que a renda per capita deles é três vezes maior do que a do Brasil.

Leia as Notícias do Dia - www.ihu.unisinos.br

Euclides da Cunha (1866-1909)

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) foi um escritor, sociólogo, repórter jornalístico, historiador, geógrafo e engenheiro brasileiro.

Órfão de pais desde os 4 anos de idade, foi educado pelas tias na Bahia. Frequentou conceituados colégios fluminenses e, quando precisou prosseguir seus estudos, ingressou na Escola Politécnica e, um ano depois, na Escola Militar da Praia Vermelha.

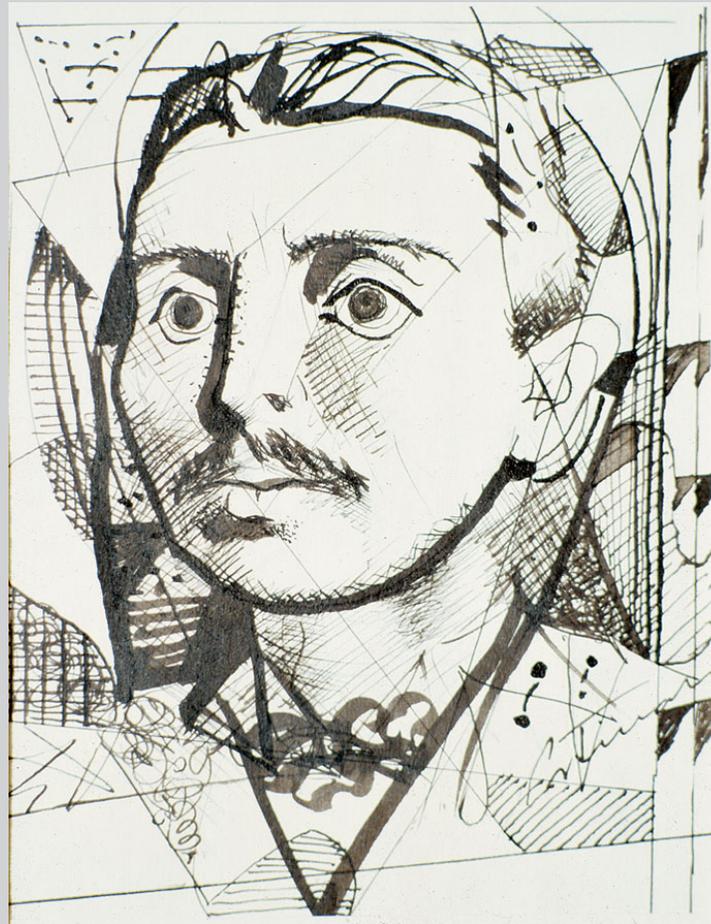
Contagiado pelo ardor republicano dos cadetes e de Benjamin Constant, professor da Escola Militar, durante uma revista às tropas atirou sua espada aos pés do Ministro da Guerra Tomás Coelho. A liderança da Escola tentou atribuir o ato à “fadiga por excesso de estudo”, mas Euclides negou-se a aceitar esse veredito e reiterou suas convicções republicanas. Por esse ato de rebeldia, foi julgado pelo Conselho de Disciplina. Em 1888, desligou-se do Exército. Participou ativamente da propaganda republicana no jornal *A Província de S. Paulo*.

Proclamada a República, foi reintegrado ao Exército recebendo promoção. Ingressou na Escola Superior de Guerra e conseguiu ser primeiro-tenente e bacharel em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais. Casou-se com Ana Emília Ribeiro, filha do major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, um dos líderes da Proclamação da República. Em 1891, deixou a Escola de Guerra e foi designado coadjuvante de ensino na Escola Militar. Em 1893, praticou na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Ciclo de Canudos

Durante a fase inicial da Guerra de Canudos, em 1897, Euclides escreveu dois artigos intitulados “A nossa Vendéia” que lhe valeram um convite d’*O Estado de S. Paulo* para presenciar o final do conflito como correspondente de guerra. Isso porque ele considerava, como muitos republicanos à época, que o movimento de Antonio Conselheiro tinha a pretensão de restaurar a monarquia e era apoiado por monarquistas residentes no País e no exterior.

Em Canudos, Euclides adota um jaguncinho chamado Ludgero, a quem se refere em sua *Caderneta de Campo*. Fraco e doente, o menino é trazido para São Paulo, onde Euclides o entrega a seu amigo, o educador Gabriel Prestes. O menino é rebatizado de Ludgero Prestes.



“Livro vingador”

Euclides deixou Canudos 4 dias antes do final da guerra, não chegando a presenciar o desenlace final. Mas conseguiu reunir material para, durante cinco anos, elaborar *Os Sertões: campanha de Canudos* (1902). *Os Sertões* foi escrito “nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante”, visto que Euclides se encontrava em São José do Rio Pardo liderando a construção de uma grande ponte metálica. O livro trata da campanha de Canudos (1897), no nordeste da Bahia. Nesta obra, ele rompe por completo com suas ideias anteriores e pré-concebidas, segundo as quais o movimento de Canudos seria uma tentativa de restauração da Monarquia, comandada à distância pelos monarquistas. Percebe que se trata de uma sociedade completamente diferente da litorânea. De certa forma, ele descobre o verdadeiro interior do Brasil, que mostrou ser muito diferente da representação usual que dele se tinha.

Euclides se tornou internacionalmente famoso com a publicação desta obra-prima. Divide-se em três partes: A terra, O homem e A luta. Nelas Euclides analisa, respectivamente, as características geológicas, botânicas, zoológicas e hidrográficas da região, a vida, os costumes e a religiosidade sertaneja e, enfim, narra os fatos ocorridos nas quatro expedições enviadas ao arraial liderado por Antônio Conselheiro.

Novas perspectivas críticas para uma releitura de *Os Sertões*

“O genial Euclides da Cunha foi parcial em relação a Antônio Conselheiro. Aliás, sejamos mais exatos: Euclides nunca traçou detalhada e coerentemente os perfis das pessoas que viviam em Canudos. As via como objetos integrantes da massa, amorfos, sem rostos. Não as via como sujeitos ou indivíduos com almas, nervos, carnes e ossos. Antônio Conselheiro foi qualificado por ele como “um gnóstico bronco” (...) “Paranóico indiferente” (...) “um caso notável de degenerescência intelectual... desequilibrado, retrógrado, rebelde...”, afirma Cláudio Aguiar.

POR GILDA CARVALHO E PATRÍCIA FACHIN

Cem anos após a morte do escritor Euclides da Cunha, Cláudio Aguiar acredita que o fascínio pelo retorno à obra do autor carioca seja a natureza do tema, a qual ele descreve como “a tremenda força trágica que salta das páginas ‘bem comportadas’ de nossa história”. Na entrevista a seguir, concedida, por e-mail, à *IHU On-Line*, Aguiar comenta o drama dos jagunços de Canudos e a percepção, talvez equivocada, de Euclides da Cunha diante de Antônio Conselheiro. E menciona: “Há um grito, ainda abafado, da gente de Antônio Conselheiro que se projeta no consciente (e também no inconsciente coletivo de vítimas e algozes de todos os tempos, de todos os dias e de todas as noites). Esse grito não está propriamente nas páginas de Euclides, mas no drama daquela gente que, em muitas obras, não encontraram sequer nome”.

Cláudio Aguiar é doutor pela Universidade de Salamanca, Espanha, onde defendeu a tese *Organización Social y Jurídica de los Inmigrantes Españoles en Brasil*. Foi professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, atuando em convênio com a Universidade de Sherbrooke-Irecus, Canadá, entre 1990 e 1994. Também foi repórter de diversos jornais e colaborador literário do *Jornal do Comercio* e do *Diário de Pernambuco*. Pertence a várias entidades culturais e literárias, como a Academia Pernambucana de Letras, Academia Carioca de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Atualmente ele é o Secretário Executivo do Pen Clube do Brasil. De sua vasta produção bibliográfica, destacam-se: *Medidas & Circunstâncias - Cervantes, Padre Vieira, Unamuno, Euclides e Outros* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2008); *Franklin Távora e o seu Tempo* (Biografia) (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. Coleção Afrânio Peixoto, vol. 72, 2ª. edição, 2005); *Suplício de Frei Caneca* (Oratório Dramático) (Rio de Janeiro: Editora Caliban, 3ª ed. 2002); *Caldeirão* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1ª. ed. 1982). Tem, ainda, livros traduzidos e publicados em espanhol, francês e russo. Confira a entrevista, que foi feita em parceria com a PUC-Rio.

IHU On-Line - Por que reler *Os Sertões*?

Cláudio Aguiar - A releitura de qualquer obra deveria, em princípio, justificar-se pelo prazer, pela felicidade do reencontro com algo agradável, porque a leitura, insistiu Jorge Luis Borges,¹ está ligada à alegria. Vai mais

além. Diz o poeta argentino que a literatura é uma forma de alegria. Montaigne, por sua vez, afirmou que a lei-

onde figuram os “delírios do racional” (Bioy Casares), expressos em labirintos lógicos e jogos de espelhos. Ao mesmo tempo, Borges também abordou a cultura dos Pampas argentinos, em contos como *O morto*, *O homem da esquina rosada* e *O sul*. Sobre Borges, confira a edição 193 da *IHU On-Line*, de 28-08-2006, intitulada *Jorge Luis Borges. A virtude da ironia na sala de espera do mistério*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158343116.57pdf.pdf>. (Nota da *IHU On-Line*)

tura não deve exigir esforço. Se exigir, o autor fracassou. Creio que muitos leitores releem *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, devido à dificuldade da primeira leitura. No entanto, curiosamente, é um clássico de nossas letras. Talvez o que fascine esse retorno a Euclides seja a natureza do tema, e não propriamente a forma estilística. A tremenda força trágica que salta das páginas “bem comportadas” de nossa história. Há um grito, ainda abafado, da gente de Antônio Conselheiro que

¹ **Jorge Luis Borges (1899-1986)**: escritor, poeta e ensaísta argentino, mundialmente conhecido por seus contos. Sua obra se destaca por abordar temáticas como filosofia (e seus desdobramentos matemáticos), metafísica, mitologia e teologia, em narrativas fantásticas

se projeta no consciente (e também no inconsciente coletivo de vítimas e algozes de todos os tempos, de todos os dias e de todas as noites). Esse grito não está propriamente nas páginas de Euclides, mas no drama daquela gente que, em muitas obras, não encontraram sequer nome. Todos, crianças, jovens, adultos, velhos, sadios e mendigos, cegos e surdos, ali, eram apenas *jagunços*, palavra que leva em si algo pejorativo e um ranço de crueldade.

IHU On-Line - Canudos pode ser explicado apenas pelo viés do messianismo?

Cláudio Aguiar - A visão tradicional de Antônio Conselheiro² como figura exclusivamente messiânica, a meu ver, é uma deformação. A condição messiânica existiu, mas não foi exclusiva. Esse líder religioso que profetizou, durante certo tempo, como se encarnasse a figura do próprio Messias, e agrupou, ao seu redor, pessoas de diversas condições sociais, ocorreu com Antônio Conselheiro. Na maioria das vezes, assumiu a forma carismática, estabelecendo singular código de comportamento. Aceito como tal, passou a anunciar o fim dos tempos, prometendo a seus seguidores nova ordem de justiça e felicidade. No com-

² Antônio Vicente Mendes Maciel, dito Antônio Conselheiro (1828-1897): chefe religioso brasileiro, que comandou a Guerra de Canudos, na Bahia. Exerceu várias profissões antes de se tornar beato e pregador. Depois de percorrer todo o interior nordestino, chegou a Itapicuru de Cima (BA), onde foi preso sob acusação de assassinato. Provando sua inocência, foi libertado e voltou a caminhar pelo sertão. Sua fama de milagreiro crescia sem encontrar oposição nos padres do interior, que viam nas suas pregações um elemento favorável ao renascimento da fé entre a população. Sua força se revelava principalmente em época de eleição: os candidatos que apoiava sempre saíam vencedores. Com a queda da monarquia, manifestou-se em protesto profetizando que o fim do mundo seria em 1900. Retirou-se com os seus adeptos para Canudos, às margens do rio Vaza-Barris. Aí fundou uma “cidade santa”, comunidade baseada na propriedade coletiva da terra e dos rebanhos, limitando-se a propriedade privada às casas e aos bens móveis. Em pouco tempo entrou em conflito com os grandes proprietários da região. A situação agravou-se, provocando a intervenção federal (1896-1897). Quatro expedições oficiais foram necessárias para derrotá-lo e a sua gente. O episódio de Canudos está contado no livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*. Morreu dois dias antes da derrota dos seus homens pelas tropas federais. (Nota da IHU On-Line)

“No comportamento de Antônio Conselheiro podem-se ver apenas as manifestações tipicamente messiânicas, dentro de uma concepção tradicional”

portamento de Antônio Conselheiro, podem-se ver apenas as manifestações tipicamente messiânicas dentro de uma concepção tradicional. No entanto, ele não foi apenas um beato, um conselheiro, um messias. O seu papel junto aos canudenses teve um alcance bem maior. Foi um líder. Condutor de massa. General. Comandante. Guerreiro. Estrategista. Aliás, ressalte-se que há, modernamente, uma nova visão de beatitude e santidade movendo esses líderes a ações práticas. A força messiânica neles não se operou apenas em função da suposta mediação providencial, como se houvesse interferência divina atuando numa determinada coletividade ou comunidade. Uma espécie de facho de luz incidindo sobre o lugar ou a cabeça de Antônio Conselheiro. A santidade, como entendem modernos estudiosos (Weber, Bastide, Queiroz, Brown, Patlagean etc.), - para não entrar nos meandros filosóficos e religiosos que justificam a chamada “teologia da libertação” -, passou a ser também alimentada por forças humanas. O beato ou santo age em benefício de indivíduos e de comunidades numa perspectiva de entrega absoluta. Ações de vontade, determinação, ousadia. Ações que não se operam exclusivamente em virtude da intervenção do reino divino, mas a partir das próprias condições e qualidade pessoais do homem capaz de revelar-se possuidor de um dom de sentir a dor alheia, de sofrer o sofrimento alheio, de padecer a agonia do irmão, do semelhante. Por isso, age, luta e promete um mundo novo de justiça, de liberdade, mas aqui mesmo na

Terra. Dom Hélder Câmara³ agiu assim nas diversas comunidades eclesiais por onde atuou. Por isso, também foi julgado pelos poderosos do dia, como Antônio Conselheiro o foi em seu tempo. Não estou comparando o bispo com o beato. Falo de ações assemelhadas em tempos e lugares diferentes. Derivam de espírito de liderança. De vocação inequívoca. Este é o mistério que carrega em si o santo, o beato, o conselheiro. Ele é, em verdade, o mediador. Age na comunidade movido por esse sentimento, mas sempre no interesse dos outros.

IHU On-Line - Questão da terra: Quais os limites entre o sagrado e o social?

Cláudio Aguiar - Ao lado dessas promessas messiânicas aliadas ao imponderável, não se pode deixar de observar a presença de situações e circunstâncias sociais, econômicas e políticas. Esses elementos, quase sempre palpáveis e vinculados à sobrevivência material do homem enquanto ser concreto de carne e osso surgiram também em Canudos de maneira ostensiva. Acrescentamos mais: não só em Canudos. Em todas as experiências com características de liderança mes-

³ Dom Hélder Câmara (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12 de março de 1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste, que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio*. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista *O Concílio, Dom Hélder e a Igreja no Brasil*, realizada com Ernanne Pinheiro. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 09-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara - o santo rebelde*. Em função da celebração de seu centenário de nascimento, neste ano de 2009, a IHU On-Line entrevistou o padre José Oscar Beozzo. A entrevista intitulada *Dom Hélder, pastor da libertação em terras de muita pobreza*, foi publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 07-02-2009 e está disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=19826 (Nota da IHU On-Line)

siânica - Contestado, Caldeirão, Ligas Camponesas etc. -, podemos identificar, em seus líderes, a presença desses pontos desencadeadores de tentativas de conciliação e solução para os conflitos sociais, econômicos e políticos gerados pelas condições de indigência a que se acham submetidas aqueles agrupamentos humanos. A nosso ver, o ponto de conflito que concorreu para o desencadeamento dos acontecimentos sangrentos de Canudos foi a falta de solução, de diálogo, para a questão da posse da terra. Não é preciso ir muito longe para identificar aqueles elementos catalisadores nos anseios mais íntimos daquela gente. Bastará recorrer a um dístico da gesta dos cantadores da época: “As águas do rio em leite / e as barreiras em pão”. Nesses versos populares e anônimos, notamos o peso do drama da gente de Canudos em obter o indispensável à sobrevivência material, porque a espiritual já estava sendo velada diuturnamente pelas orações e os votos do Conselheiro. Os limites, portanto, eram palpáveis, embora a forma de vida dos canudenses corresse aparentemente sem alardes. O trabalho e a oração, quase numa imitação da secular divisa dos beneditinos.

IHU On-Line - Questão política: Canudos e a República. Quais os interesses em jogo?

Cláudio Aguiar - Simplesmente, os grandes proprietários da região temiam abrir mão de seus poderes de chefes locais em detrimento da centralização do Rio de Janeiro. Isto prova que o poder político não estava concentrado, ainda, no Rio de Janeiro, mas nas mãos de inúmeros proprietários rurais e seus aliados de todos os rincões brasileiros. Nesse contexto, inserem-se os acontecimentos de Canudos. Canudos nasceu, desenvolveu-se e foi dizimado dentro desse período traumático da vida política brasileira. Vale não esquecer que Canudos só foi notado como algo perigoso, algo capaz de ameaçar os poderes locais dos senhores proprietários rurais quando Antônio Conselheiro e sua gente decidiram ocupar a ampla faixa de terra inserida na região de um senhor todo-poderoso. Antes, por mais de 30 anos,

a mesma gente, em menor número, é verdade, sob a liderança do Conselheiro, andou por vários caminhos e veredas do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), ora rezando em procissões sem fim, ora fazendo trabalhos de natureza meramente caritativa (consertando igrejas, capelas, cemitérios) nos vilarejos e arruados, mas sem se fixar em parte alguma, sem plantar ou ocupar terras de ninguém. Então, eram meros penitentes, quase nômades, homens “fanatizados” pelo carisma de outro tipo, que a boa imprensa da época classificava de taumaturgo, conselheiro. Era até folclórico. Ah, os penitentes do Conselheiro! Diziam. Quando as terras

**“Ser monarquista
naquele tempo, como
acontece hoje, não era
crime, mas uma dívida
da democracia. O grande
interesse em jogo era
a propriedade privada
como algo intocável”**

de Canudos foram ocupadas pela gente de Antônio Conselheiro, em larga escala, com ânimo de ali permanecer de forma definitiva, então, passaram a ser fanáticos, perigosos criminosos, facínoras, ex-escravos ressentidos com seus antigos senhores, monarquistas, monstros, devassos e pilhadores de propriedades e sítios vizinhos. Aliás, diga-se de passagem, ser monarquista, naquele tempo, como acontece hoje, não era crime, mas uma dívida da democracia. O grande interesse em jogo era a propriedade privada como algo intocável. Quebrada essa regra, todos os males do mundo caíram sobre seus ombros, inclusive a destruição sob a forma de genocídio.

IHU On-Line - Como Euclides da Cunha viu Antônio Conselheiro e os

canudenses?

Cláudio Aguiar - O genial Euclides da Cunha foi parcial em relação a Antônio Conselheiro. Aliás, sejamos mais exatos: Euclides nunca traçou detalhada e coerentemente os perfis das pessoas que viviam em Canudos. As via como objetos integrantes da massa, amorfos, sem rostos. Não as via como sujeitos ou indivíduos com almas, nervos, carnes e ossos. Antônio Conselheiro foi qualificado por ele como “um gnóstico bronco” (...) “Paranoíco indiferente” (...) “um caso notável de degenerescência intelectual...desequilibrado, retrógrado, rebelde...” Como se vê, não aponta nenhuma qualidade positiva. E o Conselheiro, não sejamos ingênuos, as possuía. Já em relação ao Coronel Moreira César, um dos principais chefes das forças militares em Canudos, dono de um caráter reconhecidamente truculento, antidemocrata, adepto do golpismo florianista, recebeu de Euclides um perfil bastante condescendente, pois conseguiu ver, entre seus defeitos, muitas qualidades. Escreveu: “Naquela individualidade singular entrechocavam-se, antinômicas, tendências monstruosas e qualidades superiores, umas e outras no máximo grau de intensidade. Era tenaz, paciente, dedicado, leal, impávido, cruel, vingativo, ambicioso. Uma proteiforme constrangida em organização fragilíssima”. A comparação dos perfis feitos por Euclides dos demais chefes militares subalternos com os jagunços revela, também, uma gritante disparidade de justiça histórica. A impressão que se tem é que, de um lado, estava o Bem e, do outro, o Mal, isto é, as forças governamentais como o Bem, e o Conselheiro e seus seguidores como o Mal. Não esquecemos que Euclides comparou Canudos à Vendaia, a famosa revolta francesa, afirmando que o *chouan*, ou seja, o insurreto francês, foi herói valoroso, mas os habitantes de Canudos, coitados, apenas jagunços, fanáticos, místicos etc. Já Canudos não passava de uma *charneca*...

IHU On-Line - Quem foi Antônio Conselheiro?

Cláudio Aguiar - Se Euclides tivesse pesquisado melhor a vida de Antônio

“Não esqueçamos que Euclides comparou Canudos à Vendeia, a famosa revolta francesa, afirmando que o *chouan*, ou seja, o insurreto francês, foi herói valoroso, mas os habitantes de Canudos, coitados, apenas jagunços, fanáticos, místicos etc. Já Canudos não passava de uma *charneca*”

Conselheiro, facilmente teria descoberto documentos e obras, inclusive já publicados antes de *Os Sertões*, que traziam os verdadeiros traços biográficos do Conselheiro. Com certeza, ele teria corrigido os equívocos da obra, não só em relação aos acontecimentos, mas, sobretudo, ao perfil do Conselheiro. Euclides o pintou de maneira deformada, senão, até insultuosa. Antônio Conselheiro, o cearense Antônio Vicente Mendes Maciel (nascido na antiga Vila do Campo Maior, depois chamada de Quixeramobim, Ceará, a 13 de março de 1830 e morto em Canudos, a 22 de setembro de 1897), antes de abraçar a vida mística e de reformador social, havia estudado em escola regular e, mais tarde, atuado como escrivão e, depois, como advogado solicitador no Ceará. Por saber latim, traduziu trechos da *Bíblia*, as *Prédicas dedicadas aos Canudenses*, além de um *Discurso sobre a República*. Escrevia corretamente e lia livros clássicos, a exemplo de *Utopia*, de Thomas More⁴, como lembrou o historiador Edmundo Moniz. Aliás, Euclides da Cunha teve em mãos os originais das *Prédicas*, de Antônio Conselheiro. Esses originais, depois de pertencerem a alguns colecionadores, um dia, chegaram às mãos de Afrânio Peixoto que, generosamente, resolveu presentear-los ao autor de *Os Sertões*. Aconteceu que, Eucli-

⁴ Sir Thomas More, ou Thomas Morus (1478–1535): advogado, escritor, político e humanista inglês. Foi executado por ordem do rei Henrique VIII e posteriormente canonizado pela Igreja Católica com o nome de São Thomas Morus. Sua obra mais famosa é *Utopia*, de 1516. (Nota da IHU On-Line)

des, por se achar, nos últimos meses de vida, acossado por dois grandes problemas - o concurso à cátedra do Ginásio Pedro II, a consequente nomeação e o terrível drama familiar, que culminou com sua morte - não teve tempo de ver e ler os originais de Antônio Conselheiro que recebera do amigo baiano. É possível que, se os tivesse lido, mudaria, no mínimo, sua visão sobre o líder de Canudos. Mesmo assim, após o aparecimento de obras que punham em dúvida o perfil euclidiano de Antônio Conselheiro, outros autores insistiram em repetir a mesma ideia de que o líder canudense não passava de um louco. Ora, logo após a destruição do arraial de Canudos (outubro de 1897), as autoridades encontraram o corpo de Antônio Conselheiro, que morrera três dias antes. Mesmo morto, Conselheiro foi degolado, e sua cabeça levada para exame em Salvador. A ciência queria saber se o líder era, realmente, um caso de “... paranóico indiferente...” (...) um caso notável de degenerescência intelectual... desequilibrado, retrógrado, rebelde...”, como escrevera Euclides. O cientista Nina Rodrigues fez a devida autópsia e diagnosticou que a cabeça de Antônio Conselheiro era de um homem normal. Euclides, ao se referir às degolas, atos de suprema selvageria, escreveu: “... Tudo porque a História não iria até ali”. No entanto, mais cedo do que ele pensou, o cientista, em seu silencioso laudo técnico, gritou alto a verdade que muitos desejavam encobrir: Antônio Conselheiro era, antes de tudo, um homem normal.

http://twitter.com/_ihu

Euclides da Cunha. Conhecimento e arte

Na opinião de Joana Luíza Muylaert de Araújo, além de ver, ouvir e tentar interpretar os acontecimentos, Euclides da Cunha fez deles um relato mais próximo de uma arte poética nem tão lógica ou convincente, mas, nem por isso, menos verdadeira

POR GILDA CARVALHO E PATRÍCIA FACHIN

Euclides da Cunha relatou os acontecimentos de um ponto de vista dramático e, defendendo a teoria da dominação pela força, ele tentou o impossível: “apontar saídas para o nosso atraso social, cultural e político, através de um esquema interpretativo que excluía qualquer saída para países como o Brasil”, assinala Joana Luíza Muylaert de Araújo, no artigo que segue, enviado, com exclusividade, para a *IHU On-Line*. Nesse sentido, acrescenta, *Os Sertões* continua sendo um marco fundamental no campo literário brasileiro e no âmbito das Ciências Sociais. “A cada vez que o relemos, surpreendemo-nos com novas, inesperadas, dificuldades: Euclides também não nos ofereceu a chave de sua interpretação”, frisa.

Joana Luíza Muylaert de Araújo é doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e professora Associada do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, onde ministra aulas de Teoria Literária e Literatura Brasileira, e desenvolve trabalhos de orientação e pesquisa em Crítica e Historiografia Literária. A seguir, ela analisa a narrativa de *Os Sertões*, destacando a tensão entre a pretensão de um teórico Euclides e a sua efetiva realização de escritor que acreditava que o “verdadeiro conhecimento resultava da síntese entre o pensamento reflexivo-teórico e a criação artística”. Confira o artigo.

Muitas foram as páginas escritas sobre a forma híbrida de *Os Sertões*. Mais recentemente, Luiz da Costa Lima dedicou ao assunto um capítulo à parte em *História. Ficção. Literatura*, livro publicado em 2006. O tema é espinhoso, envolvendo não apenas questões relacionadas ao antigo problema dos gêneros literários, como também as complexas noções em jogo nas escritas da história e da ficção. Proponho apresentá-lo em linhas bem gerais, apoiando-me no que Euclides nos deixou escrito em cartas e artigos a respeito do assunto.

Chamam a atenção, na escrita de *Os Sertões*, as contradições teóricas que, paradoxalmente, constituem uma das condições de sua sobrevivência como texto consagrado da literatura brasileira. Marco fundamental não apenas no campo literário brasileiro, mas também no âmbito mais geral das Ciências Sociais, *Os Sertões* continua a desafiar críticos, sociólogos e histo-

riadores que se lançam à tarefa de interpretá-lo. Walnice Nogueira Galvão disse, certa vez, que Canudos e Canudenses não entregaram a chave de sua decifração aos métodos utilizados pelo escritor. O mesmo podemos dizer a respeito dele. A cada vez que o relemos, surpreendemo-nos com novas, inesperadas, dificuldades: Euclides também não nos ofereceu a chave de sua interpretação.

Retomando um lugar-comum na crítica euclidiana, cabe referir os impasses do ambicioso projeto do escritor, que pretendia nada menos que escrever o romance histórico que nos faltava, ou algo como uma épica, “estética para as grandes desgraças coletivas”, nas suas palavras. A que se deveriam então esses impasses? Em linhas bem gerais, destacam-se, no livro de 1902, dois modos de conhecimento que, em princípio, seriam incompatíveis: de um lado, o recurso aos métodos e conceitos em

voga na Sociologia e ciências afins, com o claro propósito de compreender e interpretar os entraves de natureza social, política e econômica, que impediam a plena inserção do país no conjunto mais amplo das nações mais avançadas; de outro, uma espécie de empirismo que levava recorrentemente o autor à constatação de que a realidade observada bem de perto não se deixava apreender e explicar por aqueles mesmos métodos e conceitos utilizados.

Conforme afirma o próprio autor na epígrafe de *Os Sertões*, foi involuntariamente que seu livro se tornou um livro de ataque; ataque aos “singulares civilizados que, nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticezas”. Por que teria isso ocorrido? A hipótese a se considerar é que, ao escrever a história da Guerra de Canudos, Euclides da Cunha não foi apenas um teórico, mas, sobretudo, um narrador. É nessa

condição que procurou fazer “jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela merece”, tentando ser fiel não somente aos “fatos”, “datas e genealogias”, mas, principalmente, aos “sentimentos e costumes”. Sobre o acerto dessa empreitada não nos cabe aqui julgar. O que realmente importa é ressaltar o empenho do escritor para sentir, ver e ouvir como “bárbaro entre os bárbaros”, como ele mesmo afirma ao transcrever as palavras do sociólogo francês mencionado.

Reconhecida a cisão, presente na obra do escritor, entre o que ele pretendia enquanto teórico e o que ele efetivamente realizara enquanto narrador, penso que podemos arriscar uma outra hipótese: a de que, em *Os Sertões*, prevaleceu a arte como uma outra, diversa forma de conhecimento que, pela sensibilidade e intuição, iria corrigindo aqui e acolá os dogmas, as verdades cristalizadas pelos abstratos esquemas cientificistas. Por outro lado, cabe observar que não se trata de validar a tradição crítica segundo a qual *Os Sertões* é interpretado como “forma híbrida” a meio caminho entre a história e a literatura. Vejamos se me faço entender no espaço e tempo possíveis, no caso dessa publicação.

Euclides da Cunha acreditava que o verdadeiro conhecimento resultava da síntese entre o pensamento reflexivo-teórico e a criação artística e, nessa direção, tentou elaborar sua obra. Em carta a José Veríssimo, alude aos pressupostos de uma literatura em bases científicas, com o objetivo de refutar seu interlocutor que havia criticado a presença excessiva de “termos técnicos” em *Os Sertões*. Nas palavras de Euclides, “nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras - sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano”. Em trecho logo a seguir, prossegue: “o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente

**“Ciência e literatura,
ciência e arte, fantasia
e história, romance
histórico: eis algumas
palavras-chave que
talvez nos auxiliem a
compreender *Os Sertões*
no interior de um
projeto maior, que
encaminha o debate
para além do território
circunscrito da retórica
dos gêneros”**

científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a avidéz característica das análises e das experiências”.

Em outra carta, cujo destinatário é Araripe Júnior, escreve Euclides, referindo-se ao descompasso da literatura brasileira comparada em relação às literaturas europeias consagradas:

“Não temos romances históricos, sendo a nossa vida nacional tão farta de episódios interessantíssimos e originais. A este propósito, estou quase a lhe dar o mesmo conselho que me deu há poucos dias, em carta, o Dr. Lúcio de Mendonça: avientar com a fantasia criadora um dos mil incidentes da nossa história. Temos quadros e sucessos que fariam o delírio de Dumas e Walter Scott. Ai está, para citar um só exemplo, esta arrebatadora figura de D. Pedro I, lindíssimo tipo de um rei-cortesão da liberdade, a desafiar os mais ardentes artistas. E deixamo-lo na eterna mudez da estátua do Rocío...”

Embora haja recorrido ao termo já consagrado romance histórico e à proposta também conhecida de síntese entre arte e ciência, tão cara aos es-

critores cientificistas da época, o fato é que essas mesmas noções adquirem um sentido bem específico nos textos do autor. Destaco, no trecho acima transcrito o termo “fantasia”, que Euclides da Cunha considerava elemento constitutivo do conhecimento; não a fantasia “imaginosa arbitraria”, dizia ele, mas a fantasia essencial à “pintura sugestiva dos homens e das coisas”, dos “costumes”, enfim, “que são a imprimidura indispensável ao desenho dos acontecimentos”. Ainda sobre o projeto de romance histórico, retomamos uma passagem acima para ressaltar um outro aspecto a essa ideia intimamente entrelaçado. Refiro-me aqui à perspectiva do narrador Euclides. Num ensaio a respeito das secas no norte, escreve ele, em tom de lamento, que, no Brasil, “não havendo uma estética para as grandes desgraças coletivas”, como na Europa, “estes transe tão profundamente dramáticos não deixam traços duradouros”, não se acham expressos nas produções artísticas.

Temos aí o teórico Euclides da Cunha falando da história como um esteta: um esteta com sensibilidade para os acontecimentos dramáticos, ou melhor, um escritor que relatou os acontecimentos de um ponto de vista dramático.

A essa altura de nossa argumentação, penso que temos lançadas algumas âncoras que nos permitam dizer que foi por caminhos outros que não os métodos empregados - e na verdade em franca contradição com a ciência em particular, como já fora observado - que o escritor chegou a apontar este outro sentido para o drama de Canudos. O que ficou ainda para ser compreendido está suspenso nas reticências e entrelinhas das últimas páginas de *Os Sertões*.

Defendendo a teoria da dominação, pela força, das raças superiores, Euclides da Cunha tentou o impossível: apontar saídas para o nosso atraso social, cultural e político, através de um esquema interpretativo que excluía qualquer saída para países como o Brasil. Ao final, teve que abandonar este esquema teórico de interpretação. A suposta

racionalidade cientificista cede lugar, passo a passo, para uma narrativa apaixonada e inequivocamente comprometida. Vai-se desarticulando a argumentação positivista pelo poder de uma argumentação, em sentido contrário, que paralelamente se insinua. A verossimilhança obtida com a exposição, a princípio tão segura e afirmativa, das causas (o meio, a raça e o momento) do conflito perde a força diante de outro discurso tecido de dúvidas, reticências, silêncios e frases entrecortadas, à medida que a narrativa se aproxima do final. Outras causas são então apontadas nas fraturas do discurso científico: as desigualdades de toda ordem, as disparidades entre os “dois Brasis” e por aí afora. A retórica cientificista revela-se, deste modo, vazia frente a um discurso indignado e tenso de denúncia: o teórico positivista “sistematiza a dúvida”.

Euclides da Cunha não sustentou a racionalidade do discurso do mais forte. Certamente porque, além de ver e ouvir os acontecimentos, e tentar interpretá-los segundo o instrumental teórico cientificista, o escritor brasileiro fez deles um relato mais próximo de uma arte poética, de uma narrativa literária, nem tão lógica, ou tão convincente, mas, nem por isso, menos verdadeira. Que outro fator levaria um positivista a atravessar a opacidade do seu próprio discurso?

Ciência e literatura, ciência e arte, fantasia e história, romance histórico: eis algumas palavras-chave que talvez nos auxiliem a compreender *Os Sertões* no interior de um projeto maior, que encaminha o debate para além do território circunscrito da retórica dos gêneros. Nesse caso, seria irrelevante, senão inaceitável, como quer Costa Lima, afirmar que em *Os Sertões* se pode perceber “uma obra simultaneamente de história e literatura”? De seus escritos, não se pode deduzir que o autor considerava seu texto sobre Canudos um texto literário, mais especificamente um romance histórico?

Euclides da Cunha, um verdadeiro ser político

Na visão de José Mauro Rosso, pesquisador de literatura brasileira, os textos de Euclides da Cunha expressam a realidade social e política de seu tempo, numa espécie de realismo impregnado de historicidade

POR GILDA CARVALHO E PATRÍCIA FACHIN

“Euclides da Cunha foi efetivamente um verdadeiro ser político - por natureza, geração, formação e opção”. A opinião é de José Mauro Rosso, pesquisador da vida e obra de grandes escritores brasileiros. Neste artigo, elaborado com exclusividade para a IHU On-Line, Rosso traça uma biografia política do escritor, percorrendo a trajetória de sua atuação social sempre atrelada ao conhecimento científico, à participação política e à escrita literária. Também enfatiza que embora a existência política de Euclides da Cunha tenha origem no binômio positivismo-cientificismo, em *Os Sertões*, o escritor aponta “a existência de um ‘feudalismo bronco’ no sertão, e torna-se, a partir de então, o primeiro a propor uma conceituação sociológica precisa sobre o problema da propriedade e uma pioneira definição do estágio econômico-social do campo”.

Mauro Rosso é ensaísta e, em agosto deste ano, publicou *Escritos políticos de Euclides da Cunha*, pela edPUC-Rio/Edições Loyola. Em 2008, publicou também pela edPUC-Rio/Edições Loyola, *Contos de Machado de Assis: relicários e raisonnés*. Entre sua produção bibliográfica, citamos ainda *Cinco minutos e A Viuvinha, de José de Alencar: edição comentada* (2005); *São Paulo, a cidade literária* (2004); *Uma proposta para a prática pedagógica* (2002). Rosso escreve no blog Caixa de Pandora [<http://pandorawiki.blogspot.com>] e assina a coluna *lettera brasilis* in *Germinaliteratura* [www.germinaliteratura.com.br]. Confira o artigo.

Sem medo de errar, ou exagerar, pode-se dizer que Euclides da Cunha foi efetivamente um verdadeiro ser político - por natureza, geração, formação e opção. Uma ‘existência’ política que tem sua origem e base no binômio positivismo-cientificismo cultuado a partir da Escola Militar e praticado na sua crença devota na República e que detém seus corolário e conclusão no socialismo, ao qual aderiu em um processo de geração de outros níveis de

consciência a partir de Canudos e em seguida de São José do Rio Pardo. Em sua trajetória, encontramos um Euclides ardoroso, doutrinário, propagandista, devotado à República e crente no futuro; e outro, desiludido, desalentado, cético com o regime e os políticos. Porém, a rigor, temos não dois, mas três Euclides: um antes de Canudos, outro depois de Canudos e antes de São José do Rio Pardo, o terceiro depois de São José do Rio Pardo.

A política, desde cedo, exerceu irresistível atração em Euclides da Cunha. Sua biografia e sua bibliografia se confundem com a própria história social e política brasileira do final do século XIX e início do século XX. Como ser político, preocupava-se e envolvia-se com tudo - não apenas a República, mas com os problemas da Amazônia, com o povo (não se limitando a retratar uma só classe ou grupo social, mas vários), com a história e geografia brasileiras e sul-americanas (está nítido em *Peru versus Bolívia*), com o Brasil como nação, com a nacionalidade (cuja definição exata constituía a seu ver “nossa missão”).

Uma obra eclética e brasileira

Sua obra - que ultrapassou o regionalismo, abrigando outros projetos literários e históricos em textos esparsos e nas coletâneas *Peru versus Bolívia*, *Contrastes e confrontos*, *À margem da História*, a estimular o desenvolvimento de uma literatura firmada na observação, na análise e estudo dos elementos caracteristicamente nacionais - é uma das mais completas sínteses entre ciência e literatura, nela confrontando-se duas formas básicas de conhecimento: de um lado, a dedução e a indução, a utilização de métodos e conceitos em voga nas Ciências Sociais, com o objetivo de analisar e propor alternativas viáveis para os problemas sociais, econômicos e políticos do país e, de outro, a observação mais direta da realidade, que, por sua vez, não se explicava pelas significações convencionais. Seus textos expressam sempre a realidade social, política e mesmo filosófica de seu tempo, numa espécie de realismo impregnado de historicidade que o distingue claramente de seus contemporâneos, mesmo daqueles de formação positivista. A Euclides da Cunha coube a tarefa de valorização e de compreensão do povo brasileiro nos moldes do cientificismo do século XIX, presente, por exemplo, na interpretação euclidianiana de Canudos, ainda que muito discutido nos meios literários e históricos o teor excessivamente cientificista de seus argumentos - o que não impede que *Os sertões* seja consensualmente classifi-

cado como um dos primeiros tratados de sociologia no Brasil.

O cientificismo veio, assim, a constituir a essência ‘medular’ da devoção, pode-se assim dizer, de Euclides à República da qual foi militante ardoroso de primeira hora (mas que, como a quase todos, o pegou de surpresa, nela não tendo a mínima participação e só tomando conhecimento do fato no dia seguinte, pelos jornais) ainda que, já a partir da década de 1890, fosse tomado pelos primeiros sintomas de desilusão e desalento, chegando, posteriormente, às raias do repúdio; devoção de corpo e alma, por entender ser a única possibilidade, lastreada numa elite, de trazer ao Brasil uma sociedade democrática. O cientificismo forneceu seu conceito da Re-

“O idealismo republicano de Euclides diluiu-se ao longo dos anos subsequentes, e sua crítica aos desvios da política republicana radicalizou-se em *Os sertões*”

pública, que era para ele uma forma de organização social, mais do que um simples regime de governo, lastreada numa ‘filtragem’ democrática dos talentos ‘superiores’ nas várias camadas sociais, o sistema por excelência dos mais bem dotados intelectualmente, das grandes capacidades: só uma “elite justa e esclarecida” poderia conduzir adequada e competentemente os destinos do país - elite essa formada e proveniente da Escola Militar, ‘o primeiro estabelecimento científico do mundo’; só esse contingente social condensaria os atributos políticos, científicos, racionais, culturais e morais para cumprir sua missão.

Aqui, cabe tecer observações a respeito de dois aspectos dessa ‘existência’ política de Euclides. Se foi

um republicano ardoroso, convicto e atuante, desse mesmo modo não se manifestou a respeito da Abolição - o 13 de maio se deu quando ele, com 22 anos, já escrevia os primeiros artigos doutrinários e propagandistas da República no jornal *A Província de S. Paulo*. Idêntico processo se dá a respeito da questão agrária: ao referir-se ao problema da terra, sua visão inicial é limitada pela condição de geógrafo, vendo na terra apenas seu aspecto geográfico, sua constituição geológica, alheio ao problema da relação da terra com o homem. Porém, tudo muda ao se deparar com a situação dos sertanejos reunidos em torno de Antônio Conselheiro, estarecendo-se com a miséria em que vivem os moradores de Canudos, aponta em *Os Sertões* a existência de um “feudalismo bronco” no sertão, e torna-se, a partir de então, o primeiro a propor uma conceituação sociológica precisa sobre o problema da propriedade e uma pioneira definição do estágio econômico-social do campo.

À República, a devoção

A República - primeiramente sua pregação e exaltação, depois sua revisão - é tema central na obra de Euclides da Cunha, revelando uma preocupação mantida e cultivada ao longo da vida, presente nos artigos que escreveu para jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, de 1888 a 1892, e na maior parte de seus livros: discutiu o regime republicano não só em *Os sertões*, como também em *Contrastes e confrontos*, em *À margem da história* (cujo centenário de publicação também se dá em 2009), em *Outros contrastes e confrontos*, e em *Amazônia: um paraíso perdido*.

Começou a ganhar notoriedade política a partir do incidente ocorrido em dezembro de 1888, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, quando foi desligado por ato de insubordinação durante a revista das tropas pelo ministro da Guerra. Convidado por Júlio Mesquita para escrever coluna política nas páginas de *A Província de S. Paulo* (jornal que deu origem ao *O Estado de S. Paulo*) então engajado na causa republicana,

estrou na imprensa diária com artigos inflamados (sob o pseudônimo de Proudhon, anarquista russo - o que já anunciava um Euclides que viria depois) em que atacava o Imperador e a família real, e pregava a necessidade de revolução política. Desde seu primeiro artigo, *A pátria e a dinastia*, em 22 de dezembro de 1888, deflagra verdadeira campanha republicana, pondo a nu um Euclides doutrinário, propagandista, panfletário. Acreditava ser inevitável a substituição da monarquia pela República, em conformidade com as leis gerais da evolução política: sua formação positivista e cientificista o levava à crença fatalista em uma série linear de etapas do desenvolvimento humano, segundo a qual a República seria introduzida ou pela via pacífica, de forma evolutiva, ou com o uso da força, pela via revolucionária.

Passou da militância pela República à descrença com os rumos do novo regime. Esse distanciamento foi gradativamente revelado na sequência de artigos que publicou, entre 1890 e 1892, em *O Estado de S. Paulo* e nas cartas escritas ao pai, ao sogro - o general Sólon Ribeiro -, e a João Luís Alves, já em abril de 1897, poucos meses antes de seguir para Canudos. Esses escritos funcionam como uma espécie de teste de pessimismo, onde lamenta "A luta começa a perder a sua feição entusiástica e a inocularmos o travor das primeiras desilusões ante esse descalabro assustador, ante essa tristíssima ruína de ideais longamente acalentados (...), a República agora paraíso dos mediocres, nela o triunfo das mediocridades e preferência dos atributos inferiores".

Não obstante os primeiros questionamentos e as primeiras desilusões, participou, ainda que de forma secundária, do contragolpe de Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, comparecendo a algumas reuniões de preparação da conspiração na casa do vice-presidente. Após a vitória, Floriano chegou a convidá-lo para ocupar um cargo político, o que foi recusado. Defendia, porém, pela imprensa, a legalidade do governo de Floriano, escrevendo não mais como revolucionário, mas como situacionista, que via

“A desilusão euclidiana com a República não fez dele um resignado. Ao contrário, empenhou-se em delinear um programa de ação com o fito de restauração da dignidade, da racionalidade e da moralidade no país”

na permanência de Floriano no poder a possibilidade de consolidação da República. Mostrava-se favorável a uma “política conservadora”, capaz de garantir o “estabelecimento da ordem”, e atacava os opositores de Floriano. Tinha, contudo, a certeza da vitória do governo, recorrendo ao mesmo paralelo histórico que, em março e julho de 1897, iria aplicar a Canudos - *A República vencê-los-á, afinal, como a grande revolução à Vendéia* - nos dois artigos que publicou em *O Estado de S. Paulo*, intitulados *A nossa Vendéia*, antes de ser enviado como correspondente a Canudos.

Com a República, decepção

O idealismo republicano de Euclides diluiu-se ao longo dos anos subsequentes, e sua crítica aos desvios da política republicana radicalizou-se em *Os sertões*, em que, a par de outros elementos que conhecemos, discutia a fundação da República por meio de um golpe militar e os problemas que tal origem trouxe ao novo regime, criticava de forma aguda quer o militarismo dos primeiros governos, quer o liberalismo artificial de uma Constituição que as elites civis violentavam por meio de fraudes e manipulações eleitorais: em trecho não incluído na versão final do livro, observou que o novo regime fora incapaz de romper com o passado: “*A República poderia ser a regeneração.*”

Não o foi. (...) a velha sociedade não teve energia para transformar a revolta feliz numa revolução fecunda”. Em Um velho problema, publicado em O Estado de S. Paulo, em 1° de maio de 1904, quase como uma revisão de um artigo de janeiro de 1889, sustentava que a Revolução Francesa tinha oferecido ainda “o espetáculo singular de repudiar, desde os seus primeiros atos, os seus próprios criadores, o que poderia ser aplicado também à República brasileira”.

Contudo, a desilusão euclidiana com a República não fez dele um resignado. Ao contrário, empenhou-se em delinear um programa de ação com o fito de restauração da dignidade, da racionalidade e da moralidade no país, programa cujo pressuposto era a superioridade do saber científico para a organização e condução da sociedade brasileira, o Estado como núcleo catalisador, concentrador e irradiador das energias sociais em conjunto com uma elite técnica e científica - um projeto, como se vê, inexoravelmente advindo de sua ideologia positivista-cientificista.

Na essência, as críticas traziam implícita a revisão de suas próprias posições políticas, que foram, paulatinamente, incorporando-se a um processo de conhecimento e consciência inerentes a sua vivência em Canudos - onde foi testemunha ocular e física dos cenários de miséria, opressão, violência, injustiça social - e depois em São José do Rio Pardo, quando e onde entrou em contato com um movimento ideológico já grassando em partes do mundo e entre muitos intelectuais brasileiros, então emergente na cidade.

O socialismo assumido

Com efeito, não pode deixar de se considerar, dentro do espectro ideológico euclidiano, a questão do socialismo, assumido explicitamente a partir de 1901. Euclides efetivamente se achegou ao grupo socialista de São José do Rio Pardo, mas uma plêiade de opiniões conflitantes cercam sua atuação e participação como militante. As interpretações controversas vão do prof. Francisco Venâncio Filho - que assevera ter Euclides fundado

na cidade o partido socialista, a 1º de maio de 1900 - ao biógrafo Eloy Pontes, que coloca Euclides à frente de comícios socialistas, passando pelo escritor Silvio Rabelo e pelo jornalista e político Freitas Nobre, que afixam ter Euclides redigido o manifesto de fundação do partido socialista riopretano. Também o escritor e político Abguar Bastos sustenta que teria Euclides fundado com Francisco Escobar e Paschoal Artes o Clube Os Filhos do Trabalho, e reitera a sua autoria no manifesto de 1º de maio de 1900. Por fim, testemunham ainda o poeta e escritor Menotti del Picchia e, do lado contrário, o promotor Aleixo José Irmã, sendo este rigorosamente o único que, com argumentos falhos e artificiais, contesta em Euclides a condição de socialista militante, mas não consegue desmentir a de simpatizante das ideias socialistas.

Aqui o que menos importa, a meu juízo, é se Euclides participou direta e ativamente do movimento socialista no Clube Os Filhos do Trabalho, ou nas manifestações de rua, na redação do manifesto etc.: o que interessa fundamentalmente é a postura euclidiana face à questão social e ao socialismo, postura esta absolutamente certa e plenamente comprovável pelos artigos de 1892, em *O Estado de São Paulo*, pelo programa de *O Proletário* e pelo artigo de 1904, *Um velho problema*. Permeando-os, está a evidência de um claro processo de amadurecimento ideológico, pelo menos a nível teórico, intimamente ligado à sua desilusão cética com a República. E o que é relevante mesmo é a assimilação de critérios progressistas na gênese de sua obra e em seus últimos escritos.

Três Euclides - mas um só ente político

Três Euclides, sim: um antes de Canudos, outro depois de Canudos e antes de São José do Rio Pardo, o terceiro depois de São José do Rio Pardo. Mas, sobretudo, um intelectual, empenhado em todas as fases na reflexão e formulação de propostas para fazer do Brasil uma nação progressista e afinada com a civilização de seu tempo.

Os Sertões: a luta como forma

De acordo com Leonardo Vieira de Almeida, a primeira parte de *Os Sertões*, “A terra”, representa mais que um diagnóstico mesológico de uma região do Brasil. Trata-se, segundo ele, “da confecção de mapas poéticos, cartografia de escrita que concilia em altas doses a melopeia e a fanopeia”

POR GILDA CARVALHO E PATRÍCIA FACHIN

Na opinião de Leonardo Vieira de Almeida, “Euclides da Cunha faz parte do rol de escritores-ethnógrafos que recolheram das regiões do interior do Brasil o material vivo para sua arte”. Ele considera *Os Sertões* uma crônica de guerra e o classifica como um estudo sociológico impar em nossas letras. “A luta, sem ser diretamente resultante da terra e do homem, seria, antes de tudo, o modus operandi de escrita de *Os Sertões*. Luta entre o material exógeno e o endógeno que entraram em sua confecção, derivando uma terceira margem da língua. Uma terceira margem do Brasil”, assinala. Na entrevista a seguir, concedida, por e-mail, para a **IHU On-Line**, Almeida diz que embora Euclides tenha sido um homem de espírito científico e republicano, em *Os Sertões*, o escritor “se anunciou como um terceiro Euclides, o artista, que deveria dar corpo ao episódio vivenciado”.

Leonardo Vieira de Almeida é escritor e doutorando em Estudos de Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Publicou o livro de contos *Os que estão aí* (Ibis Libris, 2002). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: ensaio, resenha, tradução e estudo do conto. Atualmente, pesquisa a problematização do espaço sertão, com destaque para o romance de João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, e sua relação com a problemática do conto como carta de maioridade da Literatura na América. Mantém o site “Contando Contos”, <http://contando-contos.blog-br.com/>. Confira a entrevista, que foi feita em parceria com a PUC-Rio.

IHU On-Line - No centenário de Euclides da Cunha, de que modo pode ser avaliado o papel de *Os sertões* na literatura brasileira?

Leonardo Vieira de Almeida - Creio ser esta obra, após o procedimento notável de escritores como Machado de Assis e Raul Pompéia, no sentido de irem contra o ufanismo literário, calcado na suposição de um heroísmo

que pudesse idear a imagem da nacionalidade, um ponto decisivo no que concerne à assunção da luta enquanto forma e conteúdo. Isto é, a divisão tripartite do livro corresponde a uma cisão no íntimo da estrutura narrativa. Ou, de outro modo, como conceber o sertão, sendo homem de espírito científico e republicano em amálgama com o poeta? Desse em-

bate, não se operou uma síntese a partir dos opostos, mas se anunciou um terceiro Euclides, o artista, que deveria dar corpo ao episódio vivenciado. *Os sertões* foi elaborado no período de cinco anos. Sua publicação, em 1902, teria enorme contribuição para as letras nacionais. Porém, pela complexidade de sua escrita, envolvendo diversos gêneros e técnicas literárias, provoca até hoje uma dificuldade de análise inerente ao seu *corpus* narrativo. De fato, como classificá-lo: estudo sociológico, romance, crônica de guerra? Franklin de Oliveira negou-lhe peremptoriamente a alcunha de romance. Porém, sem deixar de me imiscuir na classificação de gêneros, prefiro antes ressaltar a importância de *Os Sertões* que, sem se amoldar na clássica divisão (poesia, romance, conto, novela), no entanto, se serve de elementos que se encontram em todos eles. Consegue ainda mais. Euclides, trabalhando com esses mesmos gêneros, descobre técnicas literárias que abrem novos campos de experimentação da literatura de temática sertanista. O sertão como um “jogo de antíteses”, como o “homizão”, não será a matéria-prima da obra de João Guimarães Rosa? E a exploração da fanopeia, pelo recurso abusivo da cor e de uma linguagem tortuosa como a caatinga, não se encontra nos melhores contos de Breno Accioly, como, por exemplo, em *Dois enterros*, de seu volume *Cogumelos? Sem me esquecer dos áridos quadros da natureza, criados por Graciliano Ramos, em Vidas Secas.*

IHU On-Line - Muito se tem discutido sobre este caráter poético do texto euclidianos. É possível encarar Euclides da Cunha como um gupoeta?

Leonardo Vieira de Almeida - Esta questão foi levantada em belo ensaio de Ronaldo de Melo e Souza, “A gupoética de Euclides da Cunha”. No meu entender, Euclides, leitor de Alexander von Humboldt, para quem o relato de viagens não poderia prescindir de uma cosmovisão, mediante a qual o que é dado ver se efetua por um contato intuitivo com a natureza em sua grandeza sublime, possuía um humanismo poético. Daí que se servisse

diretamente da imaginação, de modo a manter o estreito contato entre a consciência interna e externa sobre a Natureza. Ao descrever a “terra ignota”, mediante um procedimento que partia tanto dos dados de campo (os escritos colhidos em seu diário de expedição) quanto dos textos científicos e ficcionais, o autor de *Um paraíso perdido* efetuou um autêntico gesto antropofágico. Além do que, a distância do campo de batalha, durante os anos em que se dedicou ao livro, acentuou-lhe ainda mais o trabalho da imaginação. Em verdade, a primeira parte de

“Se a mestiçagem da raça é examinada de forma exaustiva, convergindo para o vasto panorama de tipos humanos, o estudo da mestiçagem religiosa funciona como uma espécie de prólogo para a análise de Antônio Conselheiro e de seus sectários”

Os sertões, “A terra”, não é apenas um diagnóstico mesológico de determinada região do Brasil. Trata-se da confecção de mapas poéticos, cartografia de escrita que concilia em altas doses a melopeia e a fanopeia. De fato, ao lermos suas descrições, não podemos deixar de ouvir os desmoronamentos dos morros, o sopro dos ventos. Nem de percebermos as linhas tortuosas de sua flora raquítica ou exuberante. Tais fenômenos colocam o escritor carioca num lugar *avant la lettre*: ele se apresenta como um puro fazedor de misturas, agregando técnicas do ex-

pressionismo, do impressionismo, do parnasianismo etc. Isso para ficarmos apenas com a primeira parte do livro.

IHU On-Line - Quanto à segunda parte, “O homem”, é verdade que podemos observar o determinismo como condicionante dos tipos sertanejos escravizados à fatalidade da terra?

Leonardo Vieira de Almeida - O ponto é especioso e, defendido por determinada linhagem crítica, necessita ser refutado. Para tanto, refiro-me apenas a dois trechos do livro: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neuras-tênicos do litoral” / “É desgraçoso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos”. Por meio do exame de ambos os momentos, posso refletir sobre a questão do “jogo de antíteses” como inerente à forma com a qual lida o autor na estruturação narrativa de *Os sertões*. Em verdade, ao sentido de determinada frase segue um sentido oposto. O sertanejo é um “forte”, mas também “desgraçoso, desengonçado, torto”. O próprio onomástico “Hércules-Quasímodo” constitui-se em um oxímoro. Detendo-se na desgraçabilidade do sertanejo, o autor procede a um longo desenvolvimento dessa característica, para, logo depois, mudar seu enfoque, quando diz: “Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude”. O uso das conjunções adversativas (entretanto, porém) é exaustivamente explorado em *Os sertões*. Esse procedimento, em grande parte, refuta a ideia de um determinismo arraigado como força motriz do estilo euclidianos. Após traçar seu retrato do sertanejo, o escritor passa a uma descrição do gaúcho, para quem o vaqueiro do norte é “a sua antítese”. Enquanto, para o primeiro, a natureza é carinhosa, para o segundo, é adusta, quando este conhece os horrores da seca e tem de combater a terra árida. Porém, tal fato não provoca um desequilíbrio em suas qualidades “heróicas”, ambos são elevados à categoria de entidades míticas, seja dos sertões, seja dos pampas. O autor também desenvolve um vasto painel das tradições desses dois tipos emblemáticos: suas vaquejadas,

desafios, danças, indumentária etc. Em verdade, Euclides da Cunha faz parte do rol de escritores-etnógrafos que recolheram das regiões do interior do Brasil o material vivo para sua arte: José de Alencar, com seus romances rurais e históricos (*O tronco do ipê*, *As minas de Prata*, *O gaúcho*, *O sertanejo*); Simões Lopes Neto, criador de Blau Nunes, o mítico pampeiro de Contos gauchescos. E, em escala mais ampla, os criadores dos ícones regionais da literatura latino-americana: José Hernández (*Martín Fierro*) e Ricardo Güiraldes (*Don Segundo Sombra*).

IHU On-Line - E a questão religiosa, como ela se encontra associada a este “jogo de antíteses”?

Leonardo Vieira de Almeida - Se a mestiçagem da raça é examinada de forma exaustiva, convergindo para o vasto panorama de tipos humanos, o estudo da mestiçagem religiosa funciona como uma espécie de prólogo para a análise de Antônio Conselheiro e de seus sectários. Na figura do mártir de Canudos, também transparece uma tríade, pois nos diz Euclides: “É natural que absorvesse, intactas, todas as tendências do homem extraordinário do qual a aparência protéica - de santo exilado na terra, de fetiche de carne e osso, e de bonzo claudicante - estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos de três raças.” A “terra do exílio” ou “terra ignota”, abrigo para degredados

de distintas nações, para a mescla de culturas e raças, foi solo fecundo onde o sincretismo religioso chegou a unir o animismo africano, o catolicismo peninsular, o misticismo político do sebastianismo, além das divindades indígenas. Esse caudal de crenças, encontrando no hiato formado pelas regiões do interior (separadas das vastidões litorâneas por acidentes geográficos), uma população ansiosa por um novo El Dorado, precisaria apenas de um líder que, por sua própria natureza proteiforme, servisse de intérprete da condição paradoxal da realidade brasileira. O “grande homem pelo avesso” que foi Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro, poderia ser visto, em verdade, como metonímia de uma mestiçagem conflitante. Ou ainda, de uma mestiçagem como hiato, derivada de uma tríade: o Conselheiro, refém de uma luta atávica entre sua família, os Macieis, e os Araújo - primeira estrutura; o refém de uma traição matrimonial - segunda estrutura; o refém de uma população de deserdados em sua própria terra - terceira e última estrutura. Todos esses elementos, por sua vez, amalgamados pela lenda, ou seja, por mais uma lacuna que marca o modo fragmentário, povoado de interstícios, do relato de Euclides da Cunha.

IHU On-Line - No seu entender, a última parte de *Os sertões*, “A luta”, enfeixa as questões anteriormente apontadas?

Leonardo Vieira de Almeida - É evidente, se considero que o trabalho de Euclides não oferece, em seu fim, uma resposta peremptória. O crânio do Conselheiro, como prêmio da guerra de Canudos, servirá como “última palavra” à ciência, para que esta possa descobrir nas “circunvoluções expressivas” as “linhas essenciais do crime e da loucura”. Definitivo gesto irônico de Euclides: pode a fisiologia explicar a batalha cerrada entre o litoral e o interior? Essa estrutura narrativa feita de hiatos, conflituosa em cada um de seus objetos de análise, semeada de oxímoros e paradoxos, além de ser um relato “mestiço”, no sentido das inúmeras referências intertextuais e combinações estilísticas, coloca o autor carioca em uma posição particular na literatura brasileira. Assim, o “jogo de antíteses” opera tanto na forma como no conteúdo. Os sertões, crônica de guerra, estudo sociológico ímpar em nossas letras, é uma obra do conflito. Conflito no próprio cerne do autor, e, também, no âmago da cultura do país. A luta, sem ser diretamente uma resultante da terra e do homem, seria, antes de tudo, o *modus operandi* de escrita de *Os sertões*. Luta entre o material exógeno e o endógeno que entraram em sua confecção, derivando uma terceira margem da língua. Uma terceira margem do Brasil.

Sala Ignacio Ellacuría e companheiros.

Inauguração em 10-12-2009, no IHU.
Informações em www.ihu.unisinos.br

Tragédia da Piedade

Ricardo Oiticica comenta a vida e a morte de Euclides da Cunha, considerado um dos formadores do sentimento republicano da nação

POR GILDA CARVALHO E PATRÍCIA FACHIN

Fatalidade? Vingança? Tragédia? Todas essas perguntas se fazem presentes quando o assunto são as circunstâncias que cercam a morte de Euclides da Cunha. Nesta entrevista, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**, Ricardo Oiticica, pesquisador da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio, mestre e doutor em Literatura Brasileira pela mesma Universidade, procura respondê-las ao mesmo tempo em que levanta outras questões inerentes à biografia do escritor e que se relacionam com aquela que veio a ser conhecida como a “tragédia da Piedade”. Ele descreve ainda Euclides da Cunha como um dos “formadores do sentimento republicano de nação”, o qual “sacrificou a vida pessoal em nome do país, em projetos que colocaram tudo em segundo plano”. E completa: “Seu cliço de vida se encerra bruscamente, numa aterrissagem típica de herói”. Confira a entrevista, que foi feita em parceria com a PUC-Rio.

IHU On-Line - No centenário da morte de Euclides da Cunha, as circunstâncias de seu assassinato não poderiam abafar a leitura da obra?

Ricardo Oiticica - Começo por outra pergunta: dá para entender o Brasil, abstraindo o suicídio de Getúlio Vargas? O corpo de Euclides está no meio do caminho da nossa literatura. Foi um dos formadores do sentimento republicano de nação e sacrificou a vida pessoal em nome do país, em projetos que colocaram tudo em segundo plano. Quanto ao jornalismo, isso nunca foi problema para a literatura de um Euclides, de um Nelson Rodrigues. O problema não está no gênero, mas em quem o exercita.

IHU On-Line - Como conciliar biografia e bibliografia na abordagem do autor?

Ricardo Oiticica - Para esse “misto de celta, de tapuia e grego”, como Euclides se definia, o impasse pode ser mediado pelo conceito clássico de tragédia. Euclides vivia a glória da recente eleição para a Academia Brasileira de Letras - ABL e da indicação para o Colégio Pedro II (então Ginásio Nacional). E recebera de presente, pouco antes, os originais das “Prédicas”, o manuscrito de Conselheiro encontrado no rescaldo de Canudos. Entre o nascimento na fazenda

da Piedade, em Cantagalo, e a morte na chamada “tragédia da Piedade”, no Rio de Janeiro, seu ciclo de vida se encerra bruscamente, numa aterrissagem típica do herói. E estendido na Estrada Real de Santa Cruz, nome que associa os chamados “dois gládios” - o Estado e a Igreja, cuja dissociação pela República foi o mote do movimento de Canudos. Um suplemento trágico ainda ocorre: a morte do chefe da última expedição, o Ministro da Guerra Machado Bittencourt, assassinado no momento em que recebia, no Rio, os ex-combatentes. Com essas circunstâncias, volta-se à obra sem se ter saído completamente dela. Algo bem distinto é dizer apenas que Euclides morreu numa sexta-feira, 13.

IHU On-Line - Qual era o ambiente em que a Guerra de Canudos se inscrevia?

Ricardo Oiticica - Reinava entre os monarquistas o sentimento de que a República, “lei do cão” para Conselheiro, cometia a heresia de destronar o representante de Deus. E, entre os republicanos, havia o temor de que Canudos fosse um movimento restaurador. Como disse Euclides, a rua do Ouvidor se transformava numa vereda de Canudos. Simultaneamente à tragédia do casal imperial, enviado para a morte na Europa, ocorria o primeiro ato da tragédia de Euclides

na casa do major Sólton Ribeiro, que foi o portador do *ultimatum* para a família imperial deixar o país. Uma tragédia familiar no Império se encadeava a uma outra, republicana. Há aqui a questão do “guénos”, a maldição de uma linhagem provocada pela quebra de antigos convênios. Olavo Bilac comenta a presença militar na Sé, após a Proclamação da República:

“Então, aqueles mesmos homens duros, que na trágica noite haviam empurrado para o mar a família representante de Deus na Terra, tinham a coragem de vir rezar aos pés desse mesmo Deus injuriado?! Santo Cristo!”.

IHU On-Line - O que ocorreu em casa de Sólton para ligá-lo visceralmente a Euclides da Cunha?

Ricardo Oiticica - Euclides, famoso não ainda por seus escritos, mas por sua insubordinação ao ministro da Guerra do Império, quando cadete da Escola Militar, foi convidado para a festa republicana que se seguiu à missão de Sólton. Na casa do major, flerta com a filha, com quem rapidamente se ligará por uma das manifestações do que Conselheiro chamava “a lei do cão”, o casamento civil. Euclides, o cadete que desafiou o exército imperial. Ana, a personificação

da mulher republicana, a tomar pelo “torpedo” que Euclides lhe enviou durante a festa: “Entre aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem...”. Para as gerações futuras, vale lembrar que ainda não havia celular à época, foi um bilhete mesmo.

IHU On-Line - Essa ligação entre Sólon e Euclides também passa pelas veredas de Canudos?

Ricardo Oiticica - Antes, passa pela Revolta da Armada, quando lutam ao lado de Floriano Peixoto, mas se desiludem com a condução do conflito. Em função disso, Sólon será transferido para Salvador e, como comandante do distrito militar baiano, ordenará a primeira expedição a Canudos. Sólon abriu e, de certa forma, Euclides fechou o conflito, como jornalista da comitiva do ministro da Guerra, na expedição decisiva. Três anos depois de a reportagem ser transformada no livro *Os sertões*, um aspirante do Exército se aproxima de Ana, e os fatos acontecem vertiginosamente, até ela ir com os filhos de Euclides para a casa do amante. Para voltar a Nelson Rodrigues, Ana realizava a máxima de que as mulheres só deviam amar meninos de 17 anos. E Euclides era o último a saber.

IHU On-Line - E no teatro do crime, o que ocorre, precisamente?

Ricardo Oiticica - O resumo da tragédia: com uma arma conseguida a pretexto de “matar um cão”, Euclides troca treze tiros antes de tombar no portão da rua sob os gritos de “cachorro”. O primogênito de Euclides, Sólon, presencia a morte do pai, e Euclides Filho, tentando vingança, também será liquidado mais tarde por Dilermando de Assis, que um dia abandonará a mulher. O irmão dele, Dinorah, suicida-se em consequência do tiroteio: era insuperável para um jogador de futebol, que ainda conseguiu jogar a temporada heróica de 1910, ir, progressivamente, entrevando. Há coisas que só acontecem ao Botafoogo, poderia definir Nelson Rodrigues, caso fosse o autor da frase.

Começamos por uma pergunta e terminamos por outra, feita pelo poeta do sertão ao poeta do mar, Vicente de Carvalho:

“Quem definirá um dia essa maldade obscura e inconsciente das causas, que inspirou aos gregos a concepção indecisa da Fatalidade?”.

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE.



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA
PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Brasil em Foco

“Com o fim da Era dos Movimentos Sociais, foi-se a energia moral da ousadia”

Rudá Ricci analisa a situação dos movimentos sociais no Brasil. Segundo ele, “no Brasil de hoje, o que temos é a criação do pacto fordista tupiniquim, que gera inclusão no mercado de consumo, mas não inclusão no processo decisório da política pública brasileira”

POR GRAZIELA WOLFART

Para o sociólogo Rudá Ricci, os movimentos sociais se tornaram organizações sociais e “perderam a lógica anti-institucionalizante e o ideário comunitarista-cristão do final do século passado”. Ele defende que o neoliberalismo não é mais hegemônico. “Quem comanda o Brasil em termos programáticos é o que a ciência política denomina de social-liberalismo, muito distinto do neoliberalismo. (...) A velha política está reeditada. E, em grande parte, pelo lulismo, que criou a mais abrangente e bem sucedida coalizão presidencialista da história da república brasileira”. Na entrevista que concedeu para a **IHU On-Line**, por e-mail, Ricci considera que a dificuldade de quem defende a ampliação da participação da sociedade civil no Brasil é que não sabemos lidar com a chamada nova classe média. “Teremos que aprender. Inclusive as lideranças populares. Somos, enfim, a geração dos anos 80 e estamos lidando com um fenômeno sociológico que expressa o Brasil Potência do século XXI”.

Rudá Guedes Moises Salerno Ricci formou-se em Ciências Sociais pela PUC-SP. Na Universidade Estadual de Campinas, realizou o mestrado em Ciência Política e o doutorado em Ciências Sociais. Atua como consultor no Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e do Instituto de Desenvolvimento. É diretor do Instituto Cultiva e professor da Universidade Vale do Rio Verde e da PUC-Minas. Escreveu a obra *Terra de Ninguém: sindicalismo rural e crise de representação* (Campinas: Editora da Unicamp, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor define, de forma geral, a situação dos movimentos sociais no Brasil hoje?

Rudá Ricci - Quase não existem movimentos sociais brasileiros tal como ocorreram nos anos 80. A quase totalidade deles é, hoje, organização. Movimento social não possui hierarquia, se caracteriza por mecanismos de democracia direta para tomada de decisões e luta por direitos, utilizando o conflito aberto como prática política. O que temos hoje são organizações populares, com hierarquia, orçamento fixo, fontes de recursos regulares, formação política e técnica própria, equipa-

mentos e segmento administrativo. Na prática, disputam entre si a obtenção de recursos. O que não significa que não mobilizam socialmente. Mas perderam a lógica anti-institucionalizante e o ideário comunitarista-cristão do final do século passado.

IHU On-Line - Quais os maiores empecilhos para a ação dos movimentos sociais? Quais seus maiores desafios?

Rudá Ricci - São muitos fatores. O maior deles é a falta de instrumentos teóricos para repensar a política e a institucionalidade pública. Há uma deficiência de formulação marcante,

que transforma os movimentos sociais e organizações populares do Brasil em reféns do Estado. Na verdade, vivemos a “estatalização” da sociedade civil. O termo é de Claus Offe.¹ Gramsci² denominou de estatolatria. Uma

¹ **Claus Offe**: sociólogo político alemão e professor na Universidade de Humboldt, de Berlim, Alemanha. (Nota da IHU On-Line)

² **Antonio Gramsci** (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pen-

sociedade tutelada pelo Estado. Neste sentido, Luiz Werneck Vianna³ tem razão ao dizer que o lulismo completa o projeto iniciado por Vargas.

IHU On-Line - Como pensar em movimentos sociais atuantes em uma sociedade marcada pelo neoliberalismo e pelos valores da velha política?

Rudá Ricci - Em primeiro lugar, o neoliberalismo não é mais hegemônico. Quem comanda o Brasil em termos programáticos é o que a ciência política denomina de social-liberalismo, muito distinto do neoliberalismo. Eu estou escrevendo um livro sobre o lulismo e tento desenvolver esta hipótese analítica. A velha política está reeditada. E, em grande parte, pelo lulismo, que criou a mais abrangente e bem sucedida coalizão presidencialista da história da república brasileira. Perceba que o mensalão afastou lideranças sociais intermediárias (não de base, mas também não da cúpula nacional) do apoio incondicional à Lula. E, de certa maneira, este afastamento gerou uma relação direta de Lula com a classe média emergente (49,9% da população brasileira, segundo a FGV RJ é classe C, hoje, numa ruptura com várias árvores genealógicas de brasileiros que sempre foram pobres e cujas famílias sempre se sentiram marginalizadas). Enfim, se Getúlio falava para o trabalhador urbano, Lula fala para esta classe média emergente, desconfiada, ressentida, que desconfia da política, pragmática. Lula, em certa medida, é a expressão desta classe emergente. E diz isto com todas as letras no filme-documentário "Entreatos"⁴. A

sador, confira a edição 231 da IHU On-Line, de 13-08-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1187178587.01.pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line) 3 Luiz Werneck Vianna: professor pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Confira as entrevistas exclusivas concedidas por Werneck Vianna à IHU On-Line: *Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão*, disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=15373, "*Só há um político no Brasil: o presidente da República*", disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=16233, *Da fábrica para a selva. "A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira"*, http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=24977. (Nota da IHU On-Line)

4 Entreatos: Este filme foi comentado na 123^a

“Continuamos com uma cidadania inacabada. E efetivamos a modernização conservadora em nosso país”

difficuldade de quem defende a ampliação da participação da sociedade civil no Brasil é que não sabemos lidar com esta nova classe média. Teremos que aprender. Inclusive as lideranças populares. Somos, enfim, a geração dos anos 80 e estamos lidando com um fenômeno sociológico que expressa o Brasil Potência do século XXI.

IHU On-Line - Quais são os movimentos sociais com mais força no Brasil hoje?

Rudá Ricci - A organização social (não movimento social) mais articulado e forte nacionalmente é o MST. Mas o movimento social mais forte é, possivelmente, o ambientalista, seguido pelo de direitos de crianças e adolescentes, saúde e habitação. Mas estão desarticulados nacionalmente. E não conseguem elaborar uma agenda nacional. Muitas lideranças, é importante destacarmos, tornaram-se diretores de ONGs, conselheiros de gestão pública, membros do parlamento ou do poder executivo. E perdemos, de meados dos anos 90 para cá, toda a energia e articulação que emergia dos programas de formação política de massa que tínhamos construído nos anos 80.

IHU On-Line - Qual deve ser o real sentido de um movimento social?

Rudá Ricci - A luta por direitos. A inscrição, aceitação e institucionalização de direitos universais que garanta a autonomia política e social. Em segundo lugar, a sustentabilidade ou garantia edição da IHU On-Line, de 16-11-2004, juntamente com o filme *Peões*, de Eduardo Coutinho. O material está disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265871.07.pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

desta conquista, o que significa aumentar o poder da sociedade civil no interior do Estado. Sem participação e controle social, os direitos tornam-se uma dívida e se reduzem a interesses de grupos sociais. Somente o controle social sobre o Estado articula e dá sentido universal aos direitos e configura um novo país. Infelizmente, no Brasil de hoje, o que temos é a criação do pacto fordista tupiniquim, que gera inclusão no mercado de consumo, mas não inclusão no processo decisório da política pública brasileira. Continuamos com uma cidadania inacabada. E efetivamos a modernização conservadora em nosso país.

IHU On-Line - Quais as consequências de movimentos sociais moldados à lógica do Estado brasileiro?

Rudá Ricci - A legitimação da pauta de governo, o afastamento das lideranças da sua base social, a substituição da educação política pela educação social, a fragmentação e especialização das pautas e eventos da sociedade civil, o fortalecimento do Estado como demiurgo do desenvolvimento do país. A Era dos Movimentos Sociais acabou. Ela teve início no final dos anos 70 e foi concluída logo após a constituinte de 87. Foi marcada pela hegemonia do ideário participacionista. Neste século, a hegemonia é do profissionalismo da política, a capacidade de governança, o retorno de quem fez política nos bairros e fábricas para suas casas e conversas com amigos. A política, agora, é coisa de quem ganha para isto. Trata-se de um forte padrão de americanização da política nacional.

IHU On-Line - Considerando os governos políticos dos países da América Latina, e suas trajetórias dentro de organizações de esquerda da sociedade civil, o senhor acredita que estamos nos encaminhando para uma "continentalização da esquerda"?

Rudá Ricci - Sim e não. Não temos UMA esquerda, mas várias. A grande imprensa brasileira e parte das lideranças sociais contribuem para certa pasteurização desta análise. Em parte da América Central, embora o discurso dos dirigentes seja mais esquerdista, a grande questão é étnica, de direitos indígenas, que se confundem com a

pobreza rural. Venezuela é outra história. Trata-se de uma esquerda militar e militarizada. Esta característica do chavismo é preocupante porque novamente se desenrola a estatalização da sociedade civil, ou seja, uma sociedade tutelada. O discurso bélico, de conflito eminente com a Colômbia, cria o caldo de cultura, também utilizado pelo castrismo em Cuba, que vincula Governo com Estado e Nação. Uruguai, Chile, Brasil são absolutamente distintos. Argentina é um caso ainda mais distinto, um país totalmente demarcado pelo peronismo, de direita à esquerda. Lugo⁵ é uma incógnita, ainda. A questão é outra: como será o resultado da disputa do lulismo com o chavismo. Esta é a questão central. De qualquer maneira, acredito que o único país latino-americano onde a direita está absolutamente domesticada é o Brasil, onde eles perderam toda hegemonia (do ponto de vista político-partidário). É algo inusitado e surpreendente.

IHU On-Line - O que deveria fazer parte de uma plataforma continental, ou até mesmo internacional, dos movimentos sociais?

Rudá Ricci - Este me parece um delírio chavista. Não temos nem unidade em nosso país, o que dizer do continente. E a lista montada por Chávez para a criação da 5ª Internacional não tem absolutamente nada de esquerda. Trata-se de um projeto geopolítico do chavismo. Não acredito em unidade de movimentos sociais proclamada a partir de governos. São as lideranças sociais que devem proclamar sua unidade, não uma força exógena. E nossas lideranças são muito mais cautelosas que o chavismo.

IHU On-Line - Como o senhor define o movimento de luta civil que está acontecendo em função da Convenção do Clima em Copenhague? Há

⁵ Fernando Armindo Lugo de Méndez (1951): bispo católico, ex-ativista político e presidente do Paraguai. Confira a ampla repercussão dada pelo site do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), www.unisinos.br/ihu, ao seu governo, clicando em **Notícias do Dia** e digitando a palavra chave Lugo. (Nota da IHU On-Line)

“O único país latino-americano onde a direita está absolutamente domesticada é o Brasil, onde eles perderam toda hegemonia (do ponto de vista político-partidário). É algo inusitado e surpreendente”

algo novo em relação à forma como os grupos querem ver reconhecidas suas demandas?

Rudá Ricci - De certa maneira, a forma é a desenhada tantos anos antes pelo Greenpeace.⁶ Articula rede, ousadia, discurso midiático, agressividade e elaboração técnica. Sinceramente, acredito que a novidade mais importante surgiu na campanha eleitoral de Obama,⁷ não a oficial, mas a que envolveu organizações de direitos civis dos EUA. O Partido Democrata simplesmente perdeu o controle do que se fez na Internet. O Obama da campanha foi apropriado por organizações sociais e não tinha nada a ver com o real Obama. Foi algo fantástico, uma explosão moral e social. Mas foi apenas um esboço, um primeiro movimento, que ainda não configurou uma nova forma de fazer e poder políticos.

IHU On-Line - Qual tem sido o papel do governo Lula em relação aos movimentos sociais? Pode-se falar em movimento social antes de Lula e pós-Lula?

⁶ Greenpeace: organização não-governamental com sede em Amsterdã (Holanda do Norte, Países Baixos) e escritórios espalhados por 41 países. Atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com campanhas dedicadas às áreas de florestas (Amazônia no Brasil), clima, nuclear, oceanos, engenharia genética, substâncias tóxicas, transgênicos e energia renovável. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Barack Hussein Obama II (1961): advogado e político estadunidense. É o 44º presidente dos Estados Unidos, desde 2009. Sua candidatura foi formalizada pela Convenção do Partido Democrata, em 2008. (Nota da IHU On-Line)

Rudá Ricci - Sim. Lula fragmentou a energia moral que vinha dos movimentos sociais. A questão não foi a institucionalização, mas a estatalização. Ele poderia ter caminhado para adotar a lógica política dos movimentos sociais como contraponto ao processo decisório burocrático. Mas fez o inverso. Na primeira gestão, tivemos um arremedo de controle social com as audiências públicas do Plano Plurianual em todas as capitais do país. Na segunda gestão, as audiências públicas foram extintas. Na primeira gestão, tínhamos as estruturas de educação popular e controle social do Fome Zero. Na segunda gestão, já nem tínhamos Frei Betto e Ivo Poletto.⁸ Enfim, a lógica é bem nítida.

IHU On-Line - O senhor acha que interessa hoje ao PT e a Lula movimentos sociais fracos?

Rudá Ricci - Não. Trata-se de uma lógica de poder. Podemos dizer que temos duas histórias do PT: a dos anos 80 até meados dos anos 90, marcada pelo ideário dos movimentos sociais, pelos núcleos de base e pelo consenso progressivo; e a de meados dos anos 90, pragmático, que abandona a formulação programática para se constituir numa poderosa estrutura eleitoral de tipo empresarial, aos moldes do modelo norte-americano. O lulismo bebeu nas águas do pragmatismo sindical urbano (o rural é bem distinto) e no burocratismo de parte das correntes partidárias. Ele já estava lá, mas só os militantes e dirigentes o conheciam.

IHU On-Line - O ministro Luiz Dul-

⁸ Ivo Poletto: filósofo, teólogo, cientista social e educador popular. Foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra. Trabalhou no primeiro governo Lula como assessor do Programa Fome Zero. É autor do livro *Brasil: Oportunidades perdidas* (Rio de Janeiro: Garamond, 2005). Confira as entrevistas exclusivas concedidas por Poletto à IHU On-Line: *Amazônia e seu povo. Propostas e práticas de convivência com este bioma*, disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=5158, *As contradições da transposição do Rio São Francisco e a palavra forte e profética de D. Cappio*, disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11748 e *O novo está no fato de reconhecer a Terra como um ser vivo*, disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=19709. (Nota da IHU On-Line)

ci, responsável pela relação com os movimentos sociais, é considerado pelos próprios movimentos como um ministro fraco, sem força política e que age muito mais para “enrolar” os movimentos em vez de agilizar suas demandas. O senhor tem a mesma impressão?

Rudá Ricci - Primeiro, Luiz Dulci⁹ faz parte do núcleo formulador do lulismo. Mas, sem dúvida, possui um diferencial porque possui uma leitura política mais gramsciana, mais cultural e sempre está aberto a ouvir as lideranças sociais e organizações populares. Fui testemunha de muitas de suas tentativas de ampliação de espaço das organizações populares como interlocutores do governo. Minha dúvida é por qual motivo não seguiu o mesmo caminho que Frei Betto,¹⁰ Marina Silva¹¹ e tantos outros. E esta dúvida me perturba.

IHU On-Line - Como o senhor vê as perspectivas do movimento social brasileiro?

Rudá Ricci - Não há grandes alternativas. Uma possibilidade é se inscreverem neste grande pacto montado pelo lulismo, fragmentando-se ainda mais

em temas e pautas específicas, aproximando-se, em muito, do que ocorre no México. Seria a “mexicanização” dos movimentos sociais e organizações populares brasileiros. A segunda hipótese seria a “volta para o futuro”, ou seja, retomada do projeto dos anos 80 em novas bases, criando uma rede de escolas da cidadania para formação para o controle social, articulando a rede de 30 mil conselhos de gestão pública para criar uma verdadeira “invasão do Estado” ou “Estado ampliado”, disputando projetos educacionais de massa, como o programa Educação Fiscal, valorizando práticas de controle social existentes, elaborando uma agenda de desenvolvimento social paralela ao sistema partidário brasileiro, organizando campanhas pela lei de responsabilidade social (que possibilite cassação de autoridades públicas que não melhorarem indicadores sociais ou que não cumprirem deliberações de conselhos de gestão pública), adotando a Plataforma dos Movimentos Sociais para a reforma política. Há caminhos. Mas o problema são os interesses específicos, os convênios, a sobrevivência política. Com o fim da Era dos Movimentos Sociais, foise a energia moral da ousadia.

⁹ Luiz Soares Dulci (1956): professor, sindicalista e político brasileiro. É o secretário-geral da Presidência da República no governo Lula. Foi um dos fundadores do PT, em 1980. Coordenou, ao lado de Lula e de outros sindicalistas, o movimento que levou à formação do partido. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Frei Betto: jornalista, antropólogo, filósofo e teólogo, além de frade dominicano e escritor. Integrou, por cinco anos (1991-96), o conselho da Fundação Suéca de Direitos Humanos. Na Itália, foi a primeira personalidade brasileira a receber o prêmio Paolo E. Borsellino por seu trabalho em prol dos direitos humanos. No mesmo ano, foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, concedida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. É membro do Institute for Critical Research (Amsterdã) e diretor da revista latino-americana *América Libre*. Colabora com vários jornais e revistas do Brasil e do exterior. Escreveu mais de 40 livros, dentre os quais o mais conhecido é *Batismo de sangue*. A IHU On-Line publicou na edição 165, de 21-11-2005, trechos de uma biografia de Charles de Foucauld, escrita por Frei Betto, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158348093.92pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga, filiada ao Partido Verde. Exerce o mandato de senadora pelo Acre. No dia 19 de agosto de 2009, anunciou sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores (PT). (Nota da IHU On-Line)

LEIA MAIS...

>> Rudá Ricci já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Entrevistas:

* *O PT a reboque do lulismo*, publicada nas *Notícias do Dia*, em 10-09-2009, e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=25414;

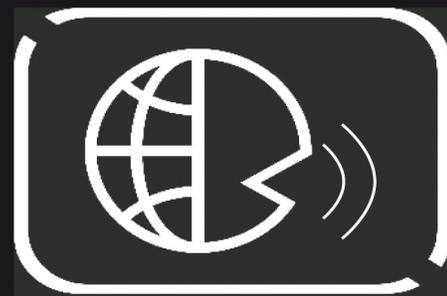
* *“Um Brasil mais mosaico do que nunca”*. Uma análise das eleições a partir de Minas Gerais, publicada nas *Notícias do Dia*, em 01-11-2008, e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=17850;

* *“A CUT vai caminhando para ser a antiga CGT do século XXI”*, publicada nas *Notícias do Dia*, em 02-09-2008, e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=16373;

* *“Lula não é uma liderança de esquerda”*, publicada nas *Notícias do Dia*, em 20-09-2006, e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=163

LEIA AS NOTÍCIAS DO DIA E A ENTREVISTA DO DIA

NO ENDEREÇO WWW.IHU.UNISINOS.BR



O 4º poder e sua legitimidade nas democracias latino-americanas

Na América Latina, um fenômeno de transmissão ideológica aumenta na segunda metade da década de 1980 e triplica a sua força nos anos 90. Trata-se da profusão, em larga escala, das premissas do pensamento único neoliberal, transmitido através das linguagens e estéticas dos conglomerados econômicos cujos produtos são os bens simbólicos do próprio capitalismo.

POR BRUNO LIMA ROCHA*

Entramos no último mês de 2009 e nos deparamos diante de um desafio. O Brasil irá debater o novo marco regulatório da comunicação social, digladiando representantes das empresas privadas, do setor estatal e de um mosaico de movimentos populares na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom)¹. Se há algum consenso entre os delegados das entidades do movimento pela democracia na comunicação, é a constatação de que este setor da sociedade precisa ser democrático e inclusivo. Portanto, não é possível regê-lo sob a lógica do oligopólio, a classe de mercado típica do capitalismo a partir do último quarto do hoje longínquo século XIX.

1 Confecom: Conferência Nacional de Comunicação, marcada para 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília. Sobre o tema, confira a edição 315, de 16-11-2009, da Revista IHU On-Line, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1258400702.6609pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

Além deste consenso que atravessa os diversos matizes da esquerda, existem outros. Desde a mais branda e conciliadora corrente até àquela que ainda crê e tenta acumular forças para um processo de ruptura, nenhum coletivo que discuta e debata a democracia na comunicação social vê a mídia privada como a legítima para intermediar, balancear e antepor às mil versões do cotidiano de nossas sociedades complexas. Em termos clássicos da política, os conglomerados de comunicação já não podem exercer um de seus papéis do pacto liberal-conservador que cria a moderna república ocidental.

Pela divisão de poderes das repúblicas ou monarquias constitucionais após a Revolução Gloriosa (Inglaterra-Escócia-Gales, o processo se inicia em 1640, tem seu ápice entre 1685-1689, cujo sistema fundante nasce em 1694) e a Revolução

* Professor-doutor, cientista político com doutorado e mestrado pela UFRGS, jornalista graduado na UFRJ; docente de comunicação e pesquisador da Unisinos como membro do Grupo Cepos; editor do portal Estratégia & Análise (www.estrategiaeanalise.com.br). Email: blimarocha@gmail.com

Popular na França (1789-1799) haveria, no mínimo, três poderes, sendo que dois de alguma forma eleitos. A saber, o Poder Executivo (na maioria das vezes eleito de forma direta ou indireta); o Poder Legislativo (o Parlamento eleito em seu primórdio através de voto censitário) e o Poder Judiciário (onde os magistrados teriam algum critério meritocrático para o exercício da função). Nesta constelação de balanços, checagens e “equilíbrios”, caberiam à imprensa livre o exercício do 4º Poder. Este, não eleito, seria exercitado pelo maior número de cidadãos alfabetizados e alimentaria uma esfera pública de debates e polêmicas.

Em tese, esta seria a função da mídia em geral, e do jornalismo em particular, para o arranjo dos poderes de tipo liberal-burguês. Mesmo se, em algum momento da história, este tipo-ideal habermasiano de sociedade chegou a se materializar, isto já não se verifica mais. Já com o advento da sociedade de massas, os exercícios de atributos das indústrias culturais tornam-se outros, sendo portadores e transmissores de cultura na forma de estética e representação, transitando e fazendo circular bens simbólicos que reforçam os alicerces do sistema capitalista. O modelo evolui e a inexorável marcha das fusões de conglomerados de capitais torna a censura corpo-

rativa uma regra explícita embora não dita. Já na década de '60, do século XX, os setores mais lúcidos da esquerda afirmavam que “o senso comum é a condensação das ideias dominantes”. A fusão entre circulação de mercadorias, significação de valores e a fabricação de consensos dá a base dos afazeres dos grupos midiático-culturais no Ocidente do mundo.

Em nosso Continente, o mito da imprensa como bastião da liberdade resiste um pouco mais. Os embates entre os regimes ditatoriais militares e as atividades jornalísticas e artísticas reforçam o papel da censura de Estado através da exceção. Passadas as ditaduras os meios de comunicação recobram sua importância para a garantia da governabilidade e passam a ser o bastião na luta de tipo restauração conservadora pelo desmonte dos serviços públicos fornecidos pelo aparato do Estado Nacional-Desenvolvimentista ou do que dele restara.

Com o advento da reação neoliberal na Inglaterra e nos Estados Unidos (com a vitória respectiva de Thatcher e Reagan) e a derrota do Bloco Soviético e do Capitalismo de Estado (à exceção da China que se alia aos EUA já nos anos '80), o inimigo visível dos conglomerados de comunicação de massa passa a ser os direitos históricos das majorias latino-americanas, com atenção especial na possibilidade de

destruição dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora após mais de quarenta anos de confronto (da última década do século XIX aos primeiros trinta anos do XX).

O *modus operandi* do capitalismo periférico no Continente atravessa o *modus vivendi* e a capacidade de percepção de majorias analfabetas, semianalfabetas e, no caso brasileiro, com déficits históricos de cognição. Diante deste terreno fértil, apesar da resistência popular que sempre ocorre, o arsenal da mídia corporativa cria eufemismos nefastos como “flexibilização”, “modernização das relações de trabalho”, “custo Brasil”, “agilidade nos licenciamentos ambientais” e outras barbaridades. Convidam o povo para dançar na democracia liberal e depois expulsam simbolicamente do baile os elementos indesejáveis. Não por acaso, os conglomerados de mídia organizados em estruturas como a Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), no Grupo Diários América (GDA), dentre outras alianças, são hoje, no capitalismo cognitivo, o inimigo mais visível dos agentes sociais em luta.

Hoje, independente da vontade dos executivos de grupos de mídia ou transnacionais de telefonia, sua legitimidade como 4º poder está mais que abalada. No longo prazo, vencer esta luta é afirmar outro modelo de democracia.



CEPOS
grupo de pesquisa
PPG - Ciências
da Comunicação
Unisinos

IV Seminário de Pesquisa Cepos

04 de dezembro (sexta-feira) das 08:30 às 18:00

Mini-auditório Pedro Pinto - Centro 3 - Unisinos

Evento aberto e gratuito - vale horas complementares

Mais informações: www.grupocepos.net

Patrocínio:

Capes

Fapergs

Fundação

Ford

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 24-11-2009 a 28-11-2009.

“Discutir o BNDES é discutir o Brasil que queremos”

Entrevista com João Roberto Lopes

Confira nas Notícias do Dia de 24-11-2009

“O Banco tem atuado, no contexto da recente crise financeira, em favor de uma ainda maior concentração econômica por meio do financiamento e auxílio na formatação de processos de aquisições e fusões”, é o que afirma João Roberto Lopes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Conflitos agrários em Minas Gerais: as ameaças à religiosa e ao MST

Entrevista com Frei Gilvander Moreira

Confira nas Notícias do Dia de 25-11-2009

Há 16 anos, Irmã Geralda Magela da Fonseca, a “Irmã Geraldinha”, acompanha os trabalhos, as ações pastorais e a luta pela reforma agrária em Salto da Divisa, em Minas Gerais. Frei Gilvander nos falou sobre o que está por trás dessa disputa por terras que vem se intensificando no estado mineiro, e das ameaças que a irmã Geraldinha e aqueles que lutam pela terra vêm sofrendo.

Fórum Social Mundial: limites e possibilidades

Entrevista com José Rogério Lopes

Confira nas Notícias do Dia de 26-11-2009

Organizado por movimentos sociais de diversos continentes,

objetivando elaborar alternativas para a transformação social global, o Fórum Social Mundial retorna a Porto Alegre em janeiro, onde celebrará seus 10 anos. A Agenda Mundial das Políticas Sociais será definida ao final do evento, e apresentará as principais mobilizações mundiais de movimentos sociais e de organizações contra a globalização neoliberal, diz José Rogério Lopes.

“A construção do conhecimento é um processo colaborativo”

Entrevista com Ladislau Dowbor

Confira nas Notícias do Dia de 27-11-2009

Segundo o economista Ladislau Dowbor, a reação de tentar travar o acesso ao conhecimento, principalmente com as oportunidades que a Internet disponibilizou para tal ação, é compreensível. “Quando surgiu o cinema, diziam que ia matar o teatro; quando surgiu a televisão, disseram que ia matar o cinema, e assim por diante”.

Rotulagem de transgênicos: pelo direito à informação

Entrevista com Andrea Salazar

Confira nas Notícias do Dia de 28-11-2009

Continua correndo no Congresso o projeto que visa a não obrigatoriedade de rotulagem dos produtos que contêm ingredientes geneticamente modificados. Diversos órgãos, principalmente ligados ao direito do consumidor, lutam para que a lei que exige essa informação no rótulo dos produtos, aprovada em 2004, continue em vigor, indica Andrea Salazar, consultora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

**Leia as Notícias do Dia em
www.ihu.unisinos.br**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

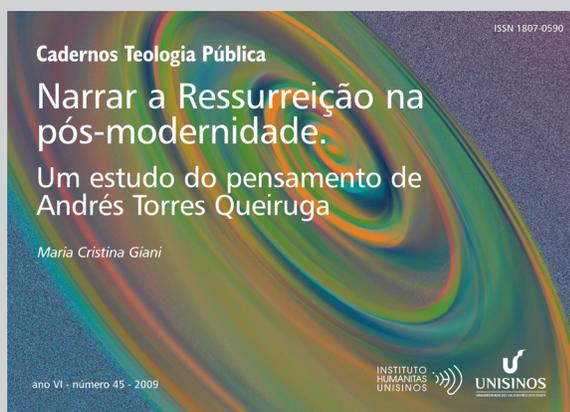
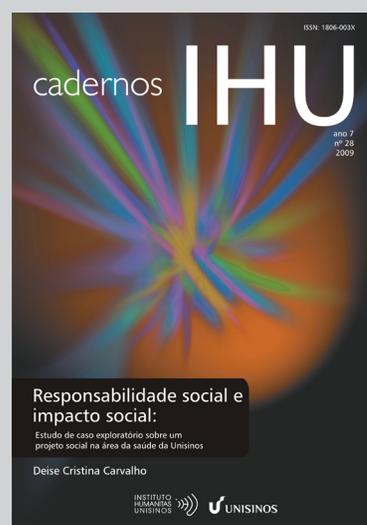
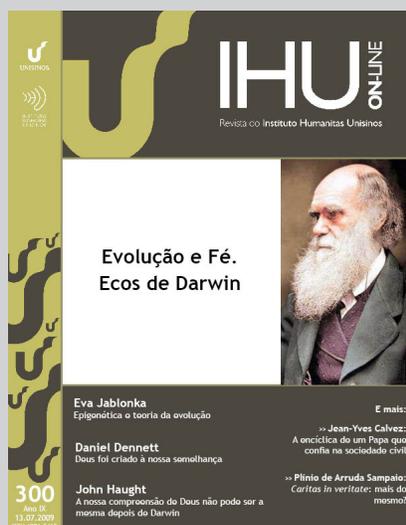
IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Eventos

Sala Ignacio Ellacuría e companheiros

Há 20 anos, seis padres jesuítas, a funcionária da residência e sua filha de 15 anos, foram brutalmente assassinados pela extrema direita salvadorenha com apoio de forças militares estrangeiras. A chacina ocorreu no jardim da comunidade jesuíta da Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA), em El Salvador. A memória desses mártires será recordada no debate **Memory and its strength: the martyrs of El Salvador** (A memória e sua força: os mártires de El Salvador), que irá ocorrer no Boston College, nos Estados Unidos, em 30

de novembro. Participarão do debate o filósofo norte-americano Noam Chomsky e o jesuíta, teólogo e co-fundador da UCA, Jon Sobrino. J. Donald Monan, jesuíta e reitor emérito do Boston College, será o mediador do mesmo.

No próximo dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, retransmitirá o debate por ocasião da inauguração da Sala Ignacio Ellacuría e companheiros. A sala é a antiga sala 1G119, sede dos eventos do IHU. Na ocasião também

será transmitida uma mensagem do atual reitor da UCA-San Salvador.

A partir do dia 16 de novembro, 20º aniversário do martírio dos seis jesuítas e das duas mulheres, o sítio do IHU disponibiliza o link Sala Ignacio Ellacuría onde se pode acessar o Memorial dos mártires salvadorenhos.

Para mais detalhes da programação da inauguração da Sala Ignacio Ellacuría e companheiros, confira: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_eventos&Itemid=26&task=evento&id=278.

Participe dos eventos do IHU

A programação completa está disponível no endereço eletrônico

www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Marcelo Fonseca

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Administrador de Empresas nascido em Rio Grande, Marcelo Fonseca é professor de marketing e coordenador do Curso de Gestão para Inovação e Liderança (GIL) e do Instituto de Pesquisa de Mercado - Unisinos (IPM-Unisinos). Recém chegado de Odense, Dinamarca, onde realizou seu doutorado sanduíche em Administração/Marketing, ele conta as alegrias e desafios dessa viagem, acompanhado pela esposa Juliana. Cultura popular, leitura, viagens, jogar tênis, cozinhar, e apreciar vinhos são seus passatempos favoritos. Empreendedor desde muito jovem, quando iniciou a vida universitária em Rio Grande, Marcelo relembra aspectos de sua trajetória na entrevista a seguir.



Origens - Nasci em Rio Grande, em 1973. Meu pai é médico, minha mãe, professora de francês. Ambos são professores da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Passei minha infância lá, e meus pais continuam naquela cidade. Eles se separaram há uns 30 anos, e seus respectivos companheiros também são professores da Universidade. Tenho um irmão, oito anos mais velho que eu, o Marcos, que é empresário do setor de agenciamento marítimo, ramo que era do meu avô. Tenho muito orgulho dos valores da minha família.

Casamento - Sou casado com a Juliana há cinco anos. Ela é formada na Unisinos em Direito. Conheci minha esposa por intermédio de um amigo, em 2001. Eu estava indo num final de semana para Rio Grande, sozinho, contrariado, porque não queria viajar. Quando cheguei em Camaquã, resolvi que não iria mais. Voltei e fui encontrar meu amigo. Conheci a Juliana nesse dia. Desde então, estamos juntos, e assim continuaremos, dividindo sonhos e desafios. Ainda não temos filhos. Tínhamos alguns projetos importantes a conquistar antes disso,

como a possibilidade da experiência de um ano no exterior.

Vida universitária e negócios - Fiquei em Rio Grande até completar a universidade. Cursei vestibular para arquitetura, publicidade e propaganda e administração. Acabei cursando administração na FURG em função de circunstâncias de greve enfrentadas pela Universidade Federal de Pelotas, onde seria o curso de arquitetura. Logo que comecei o curso de Administração, meu irmão me propôs montarmos um negócio, para que eu pudesse aprender mais sobre a profissão na prática. Assim, aos 17 anos, comprei, junto do meu irmão, uma empresa de polpas de frutas congeladas. “Importávamos” frutas do Nordeste, comprávamos frutas daqui, e fazíamos as polpas congeladas. Isso foi em 1991. Um pouco depois começamos a fazer sucos de frutas engarrafados, o que era raro na época. Havia só uma empresa no estado que fabricava essa bebida, a Laranja do pé, de Porto Alegre. No verão do Cassino, em Rio Grande, nosso suco vendia bem. Meu trabalho de conclusão tratou sobre esse assunto.

Formatura - Em janeiro de 1995 me formei, vendi tudo e em abril de 1995 fui para a Europa. Vivi meio ano em Londres estudando inglês, trabalhando e viajando bastante. Retornei de Londres em setembro, uma semana antes da prova de mestrado para Marketing, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lembro que estava torcendo para ser reprovado no mestrado, para poder voltar a Londres. Só que eu passei. Fiquei sabendo disso perto do Natal e então me mudei para Porto Alegre no início de 1996.

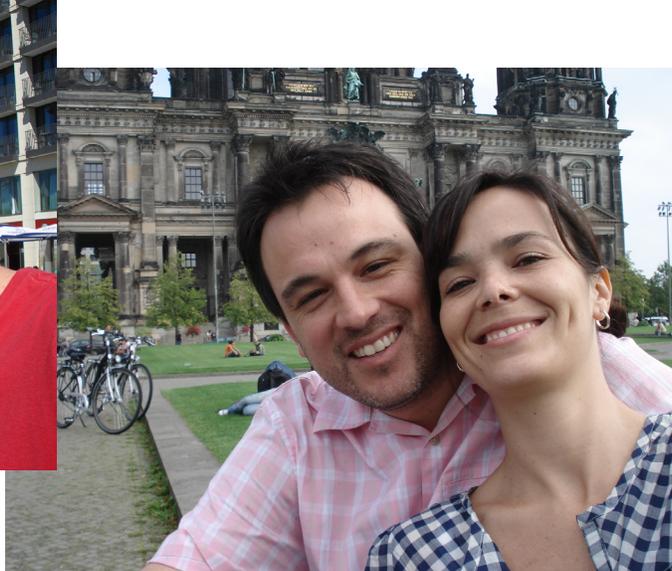
Minha mãe emprestou-me por meio ano um apartamento JK que tinha, no centro de Porto Alegre, perto da UFRGS. Acabei ficando nele por cinco anos. Nesse meio tempo, fui juntando dinheiro para comprar meu próprio apartamento. Comecei a trabalhar com pesquisa de mercado, com o professor Luís Antônio Slongo, que me apresentou essa possibilidade de trabalho e me ofereceu outras tantas - e a quem sou muito grato. Ele era coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da UFRGS (CEPA). Até hoje trabalho com essa atividade. Atualmente, coordeno, junto



com o professor (e grande amigo) Guilherme Três, o Instituto de Pesquisa de Mercado da Unisinos.

Docência - Comecei a atividade de professor na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) em 1997. Sempre tive o ideal de dar aulas na Unisinos. O nome da Unisinos sempre me soou muito forte, mesmo que eu jamais tivesse vindo ao campus alguma vez. Certa vez, apareceu um concurso, na época em que eu estava no meio do mestrado. Vim, dei uma aula experimental, que eu considerei “horrorosa”, porque estava muito nervoso. Não fui aprovado. Acho até que ninguém o foi naquela oportunidade. Terminei o mestrado e em 1999 tentei novamente ingressar na Unisinos. Em agosto daquele ano iniciei como professor aqui.

Doutorado - Faço doutorado em Administração/Marketing, mas meu foco de estudo é uma perspectiva cultural do consumo - mais especificamente sobre comida e globalização. Iniciei o curso em 2007, e de lá para cá minha vida ficou bastante tumultuada. Mesmo trabalhando 40 horas por semana, tinha que cursar várias disciplinas e fazer muitas leituras. Conciliar tudo isso é bem complicado. A vontade de fazer o curso veio para arejar meu modo de pensar, do qual eu próprio estava cansado. Planejei um doutorado sanduíche, no exterior, por um ano, na University of Southern Denmark (Syddansk University - SDU). Assim, passamos um ano na Dinamarca, em Odense, a terceira maior do país, com 180 mil habitantes, situada no centro da ilha de Funen. Chegamos em julho de 2008 e tivemos um excelente ano, por várias razões.



Pude dedicar-me aos estudos e conviver numa sociedade muito bem resolvida. Penso que ali a civilização alcançou seu ápice em termos de igualdade, respeito, receptividade e justiça. O povo é muito tranquilo e informal, o que se reflete no ambiente universitário - o clima é leve e a vida pessoal é sempre priorizada. No entanto, são todos muito produtivos e competentes. O bem-estar social na Dinamarca é exemplar; paga-se muito imposto, mas esse investimento retorna em segurança, saúde, educação e igualdade. E retorna mesmo. Quebramos vários estereótipos: nem o tempo, nem o povo eram tão frios quanto pensávamos. Fizemos bons amigos nesse período.

Em alguns momentos tive uma espécie de inveja dos meus colegas na SDU: na Dinamarca o doutorado é uma profissão. As pessoas são contratadas pela universidade para fazê-lo. Ou seja, durante os três anos de doutorado, faz-se somente isso.

Juliana deixou o cargo de coordenadora jurídica de um escritório de advocacia empresarial e acreditou no nosso projeto. Fez cursos de inglês em Londres e de inglês para negócios na Irlanda. Quando retornou a Odense, fez parte do mestrado em direito internacional na SDU. Ao retornarmos ao Brasil, ela foi aprovada no primeiro processo seletivo pelo qual se interessou, e hoje trabalha como Contract Manager da Dell.

Retorno ao Brasil - Retornei à Unisinos como coordenador do Cur-

so de Gestão para Inovação e Liderança (GIL), atividade que me dá muito orgulho e prazer. Trata-se de um curso inovador em Administração, e o excelente desempenho dos egressos nos mostra que o sonho se tornou realidade. Aliás, saber desde a partida que teria essa possibilidade de retornar à Unisinos e ao curso foi fundamental para ter a devida tranquilidade nessa jornada.

Lazer - Cultura popular, leitura, viagens, jogar tênis, cozinhar e apreciar vinhos. Gosto muito também de manter a proximidade (mesmo que nem sempre física) com minha família, que é a referência de sempre em todas as horas.

Sonhos - Ver todos aqueles ao meu redor vivendo bem, com saúde, sempre foi meu primeiro pedido. Neste momento, meu desejo mais particular é fazer uma boa tese, podendo manter contatos de pesquisa com diferentes professores em diferentes países.

Unisinos - É impossível esconder o orgulho que temos em trabalhar aqui, sobretudo quando analisamos o contexto em que vivemos. É uma universidade idônea, correta, que tem princípios e valores que fazem diferença. Aqui se trabalha muito, nos reinventamos a cada dia e semestre, e sabemos que trabalhamos numa Universidade de referência. É claro que essa inquietação tem seu lado mais difícil, que é o pouco tempo destinado a projetos de longo prazo, mais pessoais. Mas vamos aprendendo a equilibrar as coisas.

Destques

Atualização diária das Notícias do Dia

A cada manhã as **Notícias do Dia** do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU são atualizadas. Notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo e textos enviados por especialistas de diversas áreas do conhecimento, são colocados à disposição de milhares de leitores e leitoras do Brasil e do exterior. Sua leitura oferece subsídios fundamentais para os/as internautas ficarem sintonizados/as com os grandes temas da contemporaneidade. Para receber a Newsletter das **Notícias do Dia** em seu e-mail, basta preencher seu nome e e-mail no link Cadastre-se. Acesse www.ihu.unisinos.br.

Entrevista do Dia do IHU: exclusividade e dinamismo

Diariamente o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publica uma entrevista exclusiva e especial. Temas abordados nas **Notícias do Dia**, sempre atuais, instigantes e polêmicos, em pauta no Brasil e no mundo, são abordados e debatidos sob diferentes pontos de vista. Para acompanhar as **Entrevistas do Dia do IHU**, acesse a página www.ihu.unisinos.br.

Orações inter-religiosas ilustradas

Desde 26 de novembro o blog do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publica orações de diversos mestres espirituais, de várias religiões. O objetivo é incrementar o diálogo entre nossos leitores e leitoras com o Mistério e suas variadas manifestações. A iniciativa é uma parceria com o teólogo, professor e pesquisador do PPG em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faustino Teixeira, e com Pulika, artista plástico de Brasília, que faz as ilustrações. As orações, devidamente ilustradas, serão publicadas no blog do IHU, sempre às quintas-feiras. Nesta semana, lá podem ser conferidas as duas primeiras orações inter-religiosas ilustradas

(<http://unisinos.br/blog/ihu/2009/11/26/dialogando-com-o-misterio/>): Um poema sufi sob o título **Beleza Inserida e Os segredos da sabedoria**, baseado no livro das **Escrituras Judaicas**, denominado **Sabedoria**, 7:24-30. Para acessá-las, clique em <http://unisinos.br/blog/ihu/2009/11/26/dialogando-com-o-misterio/>

